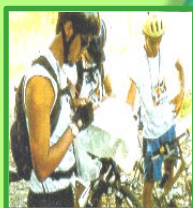


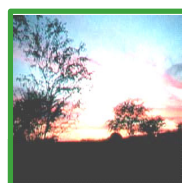
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGG



JEANETE MAGALHÃES VIEGAS



**TURISTIFICAÇÃO DE ÁREAS RURAIS E
PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL NA ZONA DA MATA
NORTE DE PERNAMBUCO**



Recife - 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS – DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGG

JEANETE MAGALHÃES VIEGAS

**TURISTIFICAÇÃO DE ÁREAS RURAIS E
PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL NA ZONA DA MATA
NORTE DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Geografia, da Universidade
Federal de Pernambuco, para obtenção
do grau de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

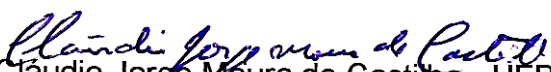
Recife - 2005

JEANETE MAGALHÃES VIEGAS

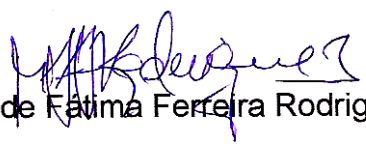
**TURISTIFICAÇÃO DE ÁREAS RURAIS E
PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL NA ZONA DA MATA NORTE DE
PERNAMBUCO**

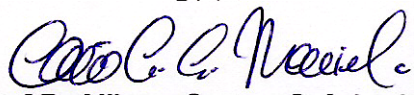
Aprovada em : 27 de abril de 2005

BANCA EXAMINADORA


PRESIDENTE: Prof Dr Cláudio Jorge Moura de Castilho - UFPE

EXAMINADOR INTERNO: Prof Dr Nilson Cortez Crócia de Barros - UFPE


EXAMINADOR EXTERNO: Prof^a Dr^a Maria de Fátima Ferreira Rodrigues -
UFPB


1º SUPLENTE INTERNO: Prof Dr Caio Augusto Maciel - UFPE

2º SUPLENTE EXTERNO: Prof^a Dr^a Doralice Sátyro Maia - UFPB

Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, suspensões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural.

Santos (1996, p. 190)

À minha família,

Norberto, Carolina e Leonardo, esposo e filhos,

pelo apoio e compreensão pelas ausências em

muitos momentos de nosso dia-a-dia.

O mérito desta conquista não é somente meu. Cabe agradecer a todos que direta e indiretamente prestaram valiosa colaboração para que chegássemos ao final da jornada. Em especial:

Ao Professor Doutor Cláudio Jorge Moura de Castilho que, com rigor e competência, ajudou-me a produzir e concluir esta dissertação;

À professora Jaci Câmara, que praticamente resgatou-me pelas mãos, num momento de muita fragilidade emocional (no período do acidente com meu filho), incentivando-me a prosseguir e apontando-me alguns caminhos;

À Rosilei Montenegro, Carla Borba e Sandra Pagano, turismólogas, a quem freqüentemente recorri;

À Laís Vieira, Heloisa Campos, Socorro Borges e Simone, pelo suporte técnico, essencial à qualidade e enquadramento às normas técnicas vigentes;

À Professora Mestre Maria José Gonçalves de Melo, colega e amiga de longa data, com quem compartilhei as angústias do processo,

À Deus, de onde partiu toda força espiritual para concluir este trabalho.

RESUMO

A expansão do turismo rural surge como alternativa complementar à diversificação de atividades e serviços na tradicional área monocultura canavieira, da Zona da Mata Norte de Pernambuco, devido à situação de constantes crises sociais. Nossos referenciais foram pautados em conceitos e periodização propostos por Milton Santos e Marcelo Lopes de Souza através da concepção, deste último, de desenvolvimento socioespacial. Analisando o contexto da expansão da lavoura canavieira à luz da periodização proposta por Milton Santos (o período técnico, o período técnico-científico e o período técnico-científico informacional), a cada movimento de inovações tecnológicas seguiu-se um período de crise, para aqueles grupos sociais que não conseguiam acompanhá-lo, beneficiando apenas poucos. O Turismo Rural torna-se uma ferramenta de mudança na concepção dos que usam o espaço, que vai além do âmbito da simples produção, constituindo-se hoje num espaço de consumo turístico. Não se trata contudo do consumo do que é produzido localmente, mas do consumo do espaço e de seus objetos refuncionalizados (os engenhos). Quanto ao desenvolvimento socioespacial, este está longe de ser uma realidade na Zona da Mata Norte pernambucana, na medida em que o Turismo Rural tem promovido, por ora, uma incipiente geração de empregos, a maior parte dos quais sazonal e tão somente nos finais de semana.

Palavras-chave: turismo rural, turistificação, áreas rurais, desenvolvimento socioespacial

ABSTRACT

The expansion of rural tourism appears as a complementary alternative to the diversification of activities and services in the traditional area of the sugar cane monoculture. This happens as a result of constant social crisis in the northern forested area of the state of Pernambuco. Our references are based on concepts and periods, proposed by Milton Santos, and on the conceptions of social spatial development by Marcelo Lopes de Souza. By analysing the context in which the expansion of sugar cane plantations occurred according to the periodization proposed by Milton Santos (the technical period, the technical-scientific period and the technical-scientific-informational period), each instance of technological innovations was followed by a period crisis for those social groups who could not keep up with these innovations, which meant a period of benefits only for a few people. Rural tourism has now become a tool for change on the conception of those who use the physical space, that goes far beyond a simple production, constituting nowadays a space of tourist consumption. Rural tourism is not about consuming what is produced locally, but rather about using the physical space and giving its objects new functions (e.g. the old sugar plantations and mills). However, the social spatial development is far from being a reality in the northern forested area of the state of Pernambuco, because rural tourism has by now promoted an incipient amount of employment, most of these jobs being seasonal and taking place exclusively at the weekends.

Key words: rural tourism, becoming touristy, rural areas, social spatial development.

LISTA DE SIGLAS

ABAV – Associação Brasileira de Agentes de Viagens

ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural

AFAV – Associação dos Filhos e Amigos de Vicência

APETURR – Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEASA – Central de Abastecimento

CIOU – Classificação Internacional Uniforme de Ocupações

CNA – Confederação de Agricultores e Pecuários do Brasil

CODIPRO – Conselho Diretor do Programa

CONDEPE – Instituto de Planejamento de Pernambuco

CPRH – Companhia Pernambucana do Meio Ambiente

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EMPETUR – Empresa Pernambucana de Turismo

FEIRATUR – Feira Nacional de Turismo Rural

FEIRATUR – Feira Nacional do Turismo Rural

IAA – Instituto de Açúcar e do Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério de Educação e Cultura

NSE – Núcleo de Supervisão Local

OCP – Organização das Cooperativas de Pernambuco

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMT – Organização Mundial de Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Plano de Investimento Municipal

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo

PROMATA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço Nacional de Apoio a Pequena e Microempresa

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

TER – Turismo e Espaço Rural

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

URFPE – Universidade Rural Federal de Pernambuco

VIVENCIAR – Centro de Vivências Ambientais

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Arruado do Município de Aliança.....	38
Foto 2 – Praça do Município de Buenos Aires.....	39
Foto 3 – Praça do Município de Nazaré da Mata	39
Foto 4 – Praça do Município de Tracunhaém	39
Foto 5 – Arruado do Município de Vicência.....	40
Foto 6 – Vista aérea do conjunto de edificações do Engenho Jundiá	77
Foto 7 – Rugosidades representadas por móveis e objetos de decoração e de uso pessoal do Engenho Jundiá	78
Foto 8 – Arquitetura rural do Engenho Poço Comprido	90
Foto 9 – Forma, volume e cores da arquitetura rural do Engenho Pedregulho	91
Foto 10– Apresentação de maracatu e caboclo de lança -= figura símbolo	99
Foto 11 – Alambique de cobre de cachaçaria do Engenho Água Doce	99

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Mesorregiões geográficas do Estado de Pernambuco	32
Mapa 2 – Microrregiões da Zona da Mata pernambucana	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos grupos de ocupações habituais segundo ocupações exercidas no turismo por 42 trabalhadores – Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004	130
Gráfico 2 – Distribuição dos grupos de ocupações exercidas no turismo segundo participação em cursos - Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004	132
Gráfico 3 –Participação em oficinas do PROMATA - Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004	133
Gráfico 4 – Distribuição das características de periodicidade e forma de remuneração do trabalho com turismo - Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução temporal da população urbana e rural dos cinco Municípios da Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, componentes do Território-Piloto do PROMATA.....	44
Tabela 2 – Retomada da produção de cana de açúcar no período de 1999 a 2003	61
Tabela 3 – Distribuição de dependência de outrem para obtenção de renda dos 49 entrevistados - Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004	126
Tabela 4 – Distribuição das ocupações dos 49 entrevistados, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004	127
Tabela 5 – Distribuição dos ganhos com o turismo, obtidos e esperados - Municípios do Território-Piloto do POMATA – Outubro/Dezembro 2004.....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Municípios dos Territórios do PROMATA.....	37
Quadro 2 – Características geográficas dos Municípios do Território-Piloto do PROMATA - 2000	38
Quadro 3 – Características dos módulos do curso de aprendizagem de turismo rural, quanto a carga horária, número de treinandos e idade mínima para ingresso	101

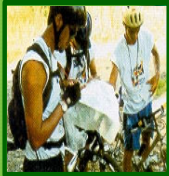
LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Delimitação dos cinco Municípios do Território-Piloto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata Norte de Pernambuco (em destaque).....	30
Figura 2 – Malha viária do Município de Aliança.....	42
Figura 3 – Malha viária do Município de Buenos Aires	43
Figura 4 – Malha viária do Município de Nazaré da Mata.....	43
Figura 5 – Malha viária do Município de Tracunhaém	43
Figura 6 – Malha viária do Município de Vicência.....	44
Figura 7 – Diagrama da Rota dos Engenhos e Maracatus, enfatizados os principais engenhos	88

SUMÁRIO

RESUMO.....	VII
ABSTRACT.....	VIII
LISTA DE SIGLAS.....	IX
LISTA DE FOTOS.....	XI
LISTA DE MAPAS.....	XI
LISTA DE GRÁFICOS.....	XI
LISTA DE TABELAS.....	XII
LISTA DE QUADROS.....	XII
LISTA DE FIGURAS.....	XII
INTRODUÇÃO.....	15
1 A ZONA DA MATA NORTE PERNAMBUCANA E A SUA RECONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL NO CONTEXTO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL	23
1.1 <i>Caracterização socioespacial da Zona da Mata Norte</i>	<i>24</i>
1.2 <i>Identificando a relevância da área de estudo.....</i>	<i>36</i>
1.3 <i>A periodização do meio geográfico da Zona da Mata Norte.....</i>	<i>45</i>
2 PRODUÇÃO E AÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO TURÍSTICO NA ÁREA RURAL DA ZONA DA MATA NORTE	62
2.1 <i>O turismo rural e o patrimônio cultural como rugosidade</i>	<i>67</i>
2.2 <i>Os agentes e as ações sociais da turistificação de áreas rurais na Zona da Mata Norte Pernambucana</i>	<i>79</i>
3 TURISTIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL	108
3.1 <i>Crescimento econômico x desenvolvimento.....</i>	<i>115</i>
3.2 <i>Turismo e desenvolvimento local x desenvolvimento socioespacial : uma outra querela na teoria do desenvolvimento.....</i>	<i>117</i>
3.3 <i>Metodologia da coleta de dados.....</i>	<i>120</i>
3.4 <i>Discussão dos resultados.....</i>	<i>126</i>
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136

5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
6	ANEXOS.....	148
	ANEXO 1.....	149
	ANEXO 2.....	150
	ANEXO 3.....	151



INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta dissertação foi analisar e explicar a expansão do turismo em áreas rurais da Zona da Mata Norte pernambucana, a partir dos anos 1990, expansão essa acompanhada de promessas de mudança das condições de vida dos trabalhadores rurais, incluindo-os na formação socioespacial do Estado.

Buscou-se, assim, contribuir para uma melhor compreensão da fase histórica atual em que, seguindo tendências globais, apregoa-se a interiorização da atividade turística como forma de revitalizar áreas em depressão econômica e, por conseguinte, criar soluções para o desemprego e o êxodo rural, problemas que há muito tempo já fazem parte da vida cotidiana dos habitantes locais¹.

Todo o litoral nordestino e, particularmente o pernambucano, desenvolveu um modelo de turismo massificado de exploração de suas praias tropicais. A proximidade da Zona da Mata, onde historicamente desenvolveu-se o ciclo canavieiro, pode efetivamente representar uma alternativa de interiorização do turismo, apresentando como atrativo à visitação turística todo o valioso acervo histórico que permaneceu como rugosidade dos períodos anteriores.

¹ A saída em massa de trabalhadores da área rural em direção aos grandes centros metropolitanos brasileiros e regionais teve seu apogeu entre as décadas de 1940 e 1970, principalmente no Sudeste brasileiro, causado pela mecanização da lavoura. No Nordeste, o processo teve outras causas. Aquela que melhor aponta a causa dessa migração sempre esteve associada à estrutura fundiária concentradora e a conseqüente dificuldade de acesso dos trabalhadores à terra rural.

Torna-se relevante o aprofundamento do tema proposto no atual trabalho, pois são por meio de pesquisa científica que se criam condições para o debate acerca das questões evidenciadas, visando subsidiar o planejamento da atividade, assim como, também, ao levantar a questão, dar o devido suporte para o direcionamento de investimentos no setor pelos órgãos fomentadores.

Por tratar-se de atividade que potencialmente integra indivíduos numa teia que não só deve envolvê-los, mas, sobretudo, garantir retorno quanto a seus projetos de vida com cidadania, as localidades precisam de estudos nesse campo, o que torna ainda mais relevante à pesquisa. Afinal, o espaço pode tornar-se um meio a ser usado em benefício de todos, e não apenas de uma minoria como tem acontecido freqüentemente em nosso país.

Geograficamente, no que se refere a uma reorganização da dinâmica espacial, na medida em que houver uma superposição de atividades, àquelas já desenvolvidas nos diversos lugares, torna-se imprescindível a apreensão do impacto do uso que o turismo fará desse espaço físico.

O atual estudo teve abrangência limitada a um conjunto de cinco municípios da Zona da Mata Norte Pernambucana: Aliança, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência. Também foram elencados como locais de estudo os engenhos Poço Comprido, Água Doce, Jundiá e Coeirinha, todos situados em Vicência, assim como Santa Fé e Ventura, localizados em Nazaré da Mata, nos quais as atividades turísticas estavam mais desenvolvidas.

Essa escolha levou em conta dois aspectos fundamentais. Primeiro, o fato de se tratar de um espaço periférico que contém um rico patrimônio sociocultural, representado pelos antigos engenhos de açúcar, sem

negligenciar sua relação com os circuitos de uma economia global contemporânea, da qual emanam novas diretrizes da opção do capitalismo pelo turismo. Segundo, porque aqueles municípios vêm recebendo atenção especial por parte de um programa estadual. Esse programa elegeu aquele conjunto de municípios para ser o piloto de um projeto maior envolvendo toda a Zona da Mata Norte Pernambucana.

A Zona da Mata Norte, comparada à Zona da Mata Sul, constitui a região que apresenta os piores índices de crescimento socioeconômico, fator esse que também se somou aos critérios anteriores de escolha da área a ser pesquisada.

A tradicional monocultura canavieira, ainda predominante, ao longo do tempo histórico, até a década de 1990, vem apresentando crises cíclicas. A partir de 1990 e, principalmente no princípio desta primeira metade do Século XXI, os indicadores econômicos comprovam uma retomada na produção do álcool. Impulsionado pelo crescimento do consumo de álcool para veículos de combustão interna, houve aumento do total da moagem de cana, o que poderá representar um novo período de revitalização econômica da área.

Mesmo assim, há a necessidade de refletir sobre as possibilidades de uma diversificação de produtos e serviços na área, dentre os quais o turismo surge como uma opção. Isto porque, pelo menos até os nossos dias, aquelas atividades tradicionais ligadas à produção canavieira não foram capazes de promover a inclusão social na área em epígrafe.

Nessa perspectiva, considerando a turistificação como o conjunto de práticas e ações as quais fluem em sintonia com os interesses de todos os agentes socioespaciais, nas variadas escalas de abordagem, levando-se em

conta a temporalidade dos objetos e o modo de produção vigente, formulou-se a seguinte questão, a qual se faz central no trabalho: em que medida o turismo, mediante a turistificação de áreas rurais, reúne efetivamente condições concretas ao desenvolvimento socioespacial dos moradores da área em pesquisa?

Tendo em vista esta questão, formulou-se a hipótese central, segundo a qual este desenvolvimento não pode ser concretizado de fato, sobretudo em função das condições objetivas e subjetivas de existência da vida cotidiana local.

Todavia, pode haver alguma geração de empregos e rendas que aponte para uma melhoria das condições de vida, o que não é negligenciável pelo conceito de desenvolvimento socioespacial, como processo sempre aberto e inacabado.

Para respaldar o presente trabalho, procedeu-se a uma pesquisa exploratória prévia, que consistiu na visita a várias propriedades, tanto da Zona da Mata Norte quanto da Zona da Mata Sul para decidir sobre o recorte espacial. A seguir, procedeu-se à revisão bibliográfica, buscando entender as origens, dentro e fora do Brasil, de experiências pioneiras sobre o turismo rural, bem como compreender as problematizações de cunho teórico-metodológico e epistemológico.

Por meio de levantamento bibliográfico, depreendeu-se o quanto o tema é multidisciplinar, uma vez que exigiu agregar estudos e informações de outras ciências e áreas de conhecimento. No que tange aos referenciais teórico-metodológicos da Geografia, o aporte da obra dos geógrafos Milton

Santos e Marcelo Lopes de Souza serviu de fundamentação à presente análise.

A pesquisa de campo compreendeu três momentos cruciais: encontros informais com empresários rurais e acadêmicos pesquisadores do tema e da área geográfica; entrevista estruturada aplicada aos agentes socioespaciais, contemplando o principal órgão fomentador, o Governo do estado de Pernambuco, os órgãos capacitadores, bem como a entidade representativa dos empreendedores do turismo rural no estado de Pernambuco, e, finalmente, a aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas a 49 trabalhadores rurais da área de estudo. Mais detalhes sobre o processo e realização da presente pesquisa, encontra-se no terceiro capítulo.

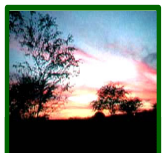
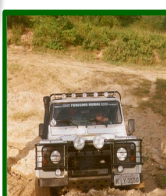
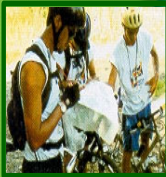
Diante do exposto, a fim de abordar a questão central aqui levantada, a presente dissertação está estruturada em quatro partes.

Na primeira, caracterizou-se a Zona da Mata Norte Pernambucana como uma microrregião dentro de uma mesorregião, segundo critérios estabelecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isto porque a análise de sua reconfiguração socioespacial no contexto do meio técnico-científico informacional exigiu um resgate histórico da produção econômica da Zona da Mata, desde sua inserção ao sistema capitalista internacional até os dias atuais, assim como dos conseqüentes reflexos sobre as relações sociais, representados por uma seqüência de crises econômicas. Nelas foram identificados os agentes que não acompanharam a modernização do sistema produtor, por paradigmatismo ou por dificuldade econômica.

A segunda parte dedicou-se ao estudo do acervo cultural, numa perspectiva de refuncionalização dos objetos espaciais, como um conjunto de rugosidade para o turismo rural. Foram identificados como objetos constituintes desse patrimônio cultural: edificações e seu mobiliário, objetos de uso pessoal, equipamentos necessários à produção do açúcar, bem como meios e vias de transporte primitivos.

Na terceira parte, identificaram-se os agentes socioespaciais e suas respectivas participações no contexto histórico contemporâneo. Na esfera pública federal, consideraram-se o Ministério do Turismo, de onde emanam as diretrizes políticas, e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), a quem cabe o apoio à divulgação e comercialização dos produtos e destinos turísticos brasileiros. Na escala estadual, foi incluído o Governo do Estado de Pernambuco (idealizador de um programa de desenvolvimento sustentável dos Municípios da Zona da Mata pernambucana), representado pela Secretaria de Turismo e pela Agência de Desenvolvimento Econômico (AD/DIPER). Também se inseriu a Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), que vem apoiando as ações referentes ao turismo rural e divulgando as iniciativas em feiras e exposições, tanto no Brasil como no exterior. Dentre os órgãos a quem compete capacitar os envolvidos com a atividade turística, consideraram-se: o Serviço Nacional de Apoio a Pequena e Microempresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Ao nível local, incluiu-se a Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico (APETURR), que se constitui numa associação dos empreendedores da região.

Outrossim, ainda nessa parte, apresentou-se o método utilizado na coleta dos dados, bem como a discussão dos resultados da pesquisa de campo. A quarta parte consistiu nas considerações finais numa perspectiva de abrir novos campos de reflexão sobre a questão do turismo rural em lugares periféricos.



1 A ZONA DA MATA NORTE PERNAMBUCANA E A SUA RECONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL NO CONTEXTO DO MEIO TÉCNICO- CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Quando a cana-de-açúcar foi introduzida no País em 1502 (as primeiras plantações são anteriores à vinda de Martim Afonso, em 1533), já se instalava a lavoura junto ao mar e às margens dos rios [...] Foi na Zona da Mata, em Pernambuco, que se expandiu admiravelmente à lavoura da cana, introduzida nessa mesma região por Duarte Coelho, a quem foi doada a capitania em 1534 e que concedeu sesmarias demarcadas na direção dos vales do Ipojuca e do Capibaribe (AZEVEDO apud CONDÉ, 1972, p. 28-29).

1.1 Caracterização socioespacial da Zona da Mata Norte

Com o intuito de analisar o espaço através das relações entre a sociedade e a natureza, aperfeiçoando progressivamente as técnicas mediante as quais se constrói e usa o território, Santos (1997) propõe uma periodização do meio geográfico, que vai desde o meio natural até o período em que este meio foi totalmente artificializado pela técnica, ciência e informação, instrumentalizando-o a fim de atender a diversas intencionalidades. Neste sentido:

Podemos admitir que a história do meio geográfico pode ser grosseiramente dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico, o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997, p. 186).

O meio natural ou pré-técnico, da natureza pouco modificada pelo homem, é caracterizado pelo período em que o homem se apoiava nas condições naturais para delas extrair a sobrevivência do grupo, sendo essa relação homem-meio, naquele período, harmoniosa e sem significativas alterações. Consistia nas tentativas de adaptação de plantas e animais para atender a suas necessidades básicas e que, para isso, além dos objetos naturais, ele utilizava-se de objetos culturais².

Na medida em que o homem, além de usar os objetos naturais e culturais, passa a lançar mão de objetos oriundos de sistemas técnicos para instrumentalizar práticas comerciais, por exemplo, inicia-se uma nova etapa: a do período técnico. É no contexto desse período, com suas características e contradições, que a Zona da Mata de Pernambuco passa a reconfigurar-se socioespacialmente e que:

As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais por objetos técnicos (SANTOS, 1997, p. 189).

Antes de dar-se prosseguimento à análise do meio geográfico pela periodização proposta por Santos (1997), cabe agora fazer uma caracterização socioespacial da Zona da Mata pernambucana.

Toda a Zona da Mata nordestina, desde os primórdios do período colonial, organizou seu espaço econômico e social com base, sobretudo, na

² Na concepção de Santos (1997, p. 52-54), os objetos naturais seriam as coisas, produto de uma elaboração natural. Já, objetos culturais seriam aquilo que o homem utiliza em sua vida cotidiana. (...) seriam o produto de uma elaboração social.

exploração da lavoura canavieira, período do qual resultou um conjunto de rugosidades³, que se revalorizaram no tempo contemporâneo.

Ainda hoje se encontram muitas rugosidades do período dos antigos engenhos e grande parte de um rico acervo histórico, constituído de um conjunto de objetos, fixados à paisagem da área, tais como as casas-grandes, senzalas, moitas, capelas, os quais, traduzem a história da época. Trata-se de valioso acervo do ambiente sociocultural da região que está sendo, a propósito, usado para fins turísticos.

A cana-de-açúcar que engendrou estas rugosidades, chegou às Américas pelas mãos de Christovão Colombo. Martim Afonso de Souza a trouxe para o Brasil, em 1522. Seu plantio foi iniciado na capitania de São Vicente. Em Pernambuco, a cana-de-açúcar chegou com Duarte Coelho, em 1533, que recebeu de Portugal essa área como capitania hereditária, iniciando, assim, um processo contínuo de conquista de terras para o desenvolvimento do cultivo daquele produto tropical. Disso resultou a construção de muitos engenhos, reunindo tudo que se fazia necessário à produção e à exportação do açúcar.

No início do Século XVI, período de dificuldades econômicas para Portugal, o açúcar de cana tornou-se uma alternativa para a coroa portuguesa e constou como principal produto de exportação, até meados do Século XIX.

³ Rugosidades – Santos (1997, p. 113) se refere a rugosidade como tudo “*que fica do passado como forma-espço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares (...) nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas. (...) Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas.*”

Na presente pesquisa, considerou-se rugosidade as formas pretéritas que permanecem na organização presente como registros visíveis de tempos anteriores.

Mesmo durante o auge do ciclo minerador, o açúcar manteve-se na liderança dos produtos exportados.

O cultivo da cana-de-açúcar nasceu, no Brasil, das necessidades do comércio exterior. Segundo a periodização sugerida por Milton Santos, corresponderia ao período do comércio em grande escala, a partir dos fins do Século XV até mais ou menos 1620 (SANTOS, 1985, p. 23).

Após a morte de Duarte Coelho, seus filhos continuaram a conquista das terras ao sul da capitania, anexando um a um, os vales dos rios que desembocavam no Atlântico. Os engenhos passaram a se localizar estrategicamente junto à foz dos rios, já que necessitavam de pontos de embarque mais próximos da costa, pequenos portos onde os navios se abasteciam de açúcar e desembarcavam os produtos importados.

Na várzea do Capibaribe é que primeiro se consolidou a cultura da cana no Nordeste – a lavoura que daria relevo tão grande à capitania de Duarte Coelho. Pouco depois do meado do século XVI já se falava na “gente da várzea do Capibaribe”, como de um verdadeiro nervo da população colonial; e foi – pode-se dizer – onde criou raízes à 1ª aristocracia brasileira de senhores de engenho, que também precisou da várzea de um rio e da fartura de água doce para desenvolver-se dentro da sedentariedade e da endogamia (FREIRE apud CONDÉ, 1972, p. 37).

Paulatinamente o litoral foi sendo utilizado como área de recreação e lazer, ao mesmo tempo que na Zona da Mata a cultura canavieira se expandia, embora entremeada por crises econômicas.

Numa tentativa de diversificar e interiorizar o turismo, que se vinha concentrando notadamente ao longo do litoral, em um modelo massivo e saturado de sol e mar, procura-se conquistar espaço do interior. Nesse sentido,

as instituições, que têm fomentado a expansão do turismo, guiadas pelas novas intencionalidades do capitalismo contemporâneo, viram a possibilidade de transformar o acervo histórico existente na área, objeto da presente pesquisa, em atrativo para visitação turística, mas considerando a Zona da Mata como um espaço homogêneo.

A Zona da Mata nada tem de homogênea⁴, o que se deve à diferenciação dos elementos físicos e humanos que compõem seu quadro sócio-ambiental. À combinação dos sistemas ambientais (estrutura geológica-relevo, clima-vegetação, água-solo), somam-se os níveis desiguais de uso da terra rural.

A Zona da Mata Sul desenvolveu-se com maior opulência e ostentação como comprovam as dimensões e a arquitetura dos engenhos, ao passo que os engenhos das propriedades da Zona da Mata Norte não ostentam as mesmas características, ainda que isto não invalide o interesse histórico com relação ao espaço desta última.

Os últimos engenhos em funcionamento na região, na década de 1950, foram substituídos pelas usinas, as quais já vinham sendo implantadas no estado de Pernambuco, desde o início do Século XX, num surto modernizador da região. Daquele período ficaram os antigos engenhos e os descendentes de donos e de trabalhadores, como detentores do repertório das tradições da região.

A usina açucareira introduziu uma nova lógica produtiva do espaço, reestruturando a economia regional, porém essa lógica contribuiu para

⁴ Como indica o nome oficial Mesorregião Homogênea da Zona da Mata de Pernambuco, ou *seja espaço cujas partes apresentam entre si as mais parecidas características* (OLIVEIRA, 2003).

agravar os problemas sócio-ambientais locais, dentre os quais salientam-se os seguintes: poluição dos rios, desmatamento, esgotamento dos solos, demolição de muitos engenhos, descaracterização de pequenas cidades da região, pobreza, êxodo rural, etc.

A posterior crise da agroindústria açucareira dos anos 1990 levou à falência grande parte dos usineiros, deixando a sub-região com poucas alternativas de inserção produtiva. Nesse contexto, surge uma proposta de diversificação da atividade econômica, na qual se inclui uma série de atividades, dentre as quais destaca-se o turismo.

Essa atividade poderá contribuir para a idéia de revitalização econômica da Zona da Mata de Pernambuco, mas de forma complementar à base produtiva tradicional, ou seja, não eliminando as atividades produtivas há séculos estabelecidas na área, atividades estas que poderão vir a se tornar também atrativo de uma segmentação agroturística⁵.

Escolheu-se a Zona da Mata Norte por ser uma região que abriga valioso acervo do patrimônio histórico e cultural que constitui o principal atrativo dos projetos de Turismo Rural, que estão sendo conduzidos. Foi a primeira fronteira agrícola do Estado de Pernambuco a ser desbravada pelos colonizadores portugueses, contudo é nessa região da Mata pernambucana que os problemas de exclusão social acumulam-se até hoje.

A Zona da Mata Norte abriga os seguintes municípios, segundo dados do CONDEPE/IBGE: Aliança, Camutanga, Carpina, Condado, Ferreiros, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa do Itaenga, Buenos Aires, Lagoa do Carro,

⁵ Agroturismo – segmentação do turismo em espaços rurais que pressupõe o contato direto do turista com o meio rural, alojamento na propriedade e possibilidade de participar das atividades rotineiras (TULIK, 2003, p. 39).

Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém e Vicência (FIGURA 1).



Figura 1 – Delimitação dos cinco Municípios do Território-Piloto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata Norte de Pernambuco (em destaque)

FONTE: Folheto de divulgação do PROMATA (PERNAMBUCO, 2002)

Conforme estudos elaborados por Lins e Andrade (1964), a justaposição dos elementos do meio natural originou a divisão em subunidades

resultantes da combinação de elementos naturais, tais como: estrutura geológica-relevo, clima-vegetação e água-solos.

O Estado de Pernambuco é cortado de norte a sul pelo Planalto da Borborema. A faixa compreendida entre o litoral e a vertente oriental do planalto, de largura variável, pela combinação de variados fatores, subdivide-se, segundo o IBGE, em cinco mesorregiões geográficas: Sertão, São Francisco, Agreste, Mata e Metropolitana do Recife (MAPA 1).

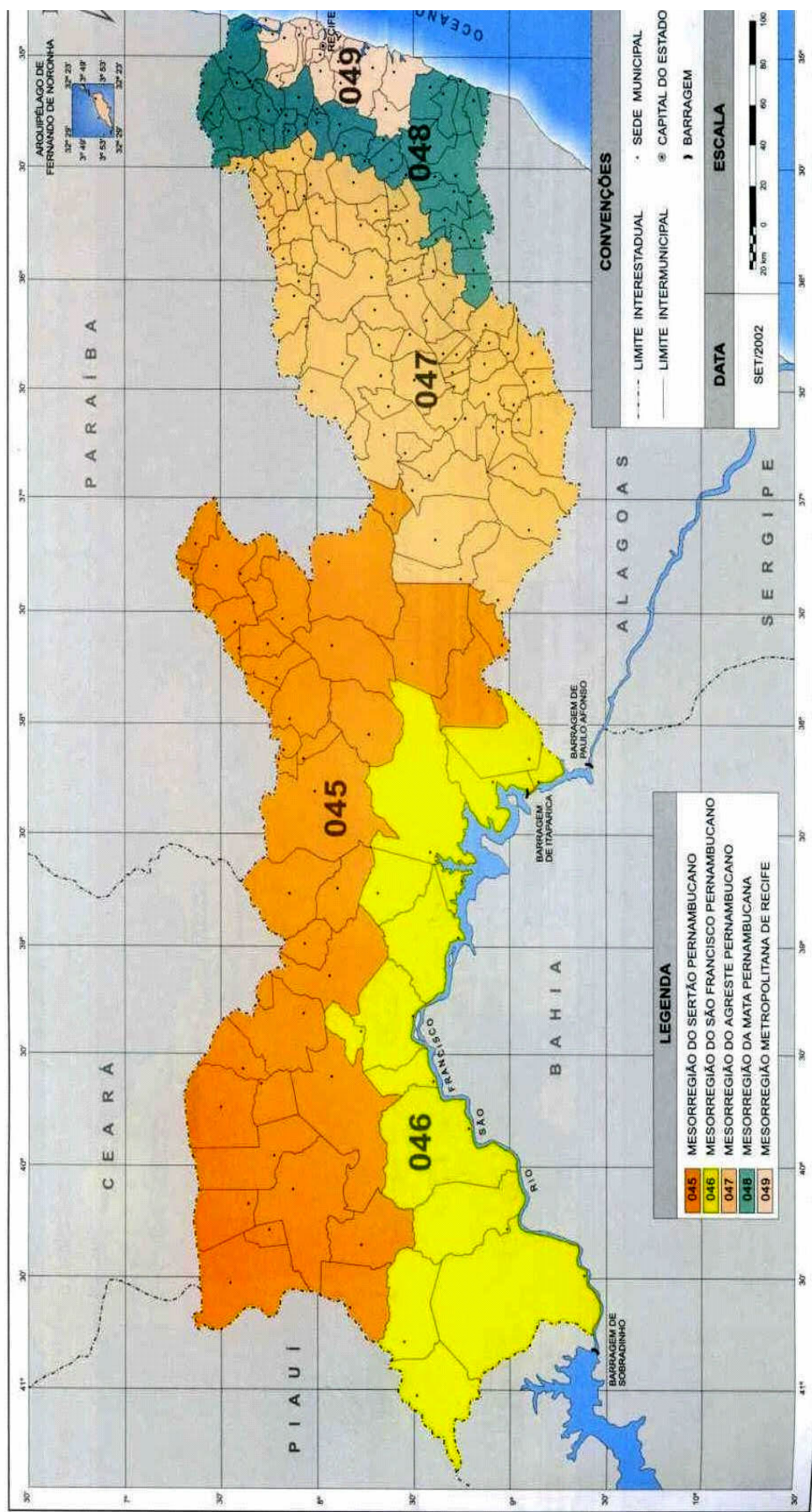
A mesorregião da Mata, por diferenciações, subdivide-se em três microrregiões: Mata Setentrional, Mata Meridional, Vitória de Santo Antão, como marcos divisórios da Mata Norte e Mata Sul (MAPA 2).

No presente trabalho adotou-se uma simplificação da denominação das regiões. A microrregião da Mata Setentrional denominou-se Zona da Mata Norte ou, simplesmente, Zona da Mata Seca e a microrregião da Mata Meridional, Zona da Mata Sul ou, Zona da Mata Úmida, denominações essas já consagradas na literatura pertinente.

O enquadramento do estado de Pernambuco, para a identificação das mesorregiões e microrregiões, seguiu o modelo geral brasileiro no qual foram estabelecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os seguintes parâmetros: processo social, como determinante; quadro natural, como condicionante, e rede de comunicação e de lugares, como elementos da articulação espacial.

ESTADO DE PERNAMBUCO

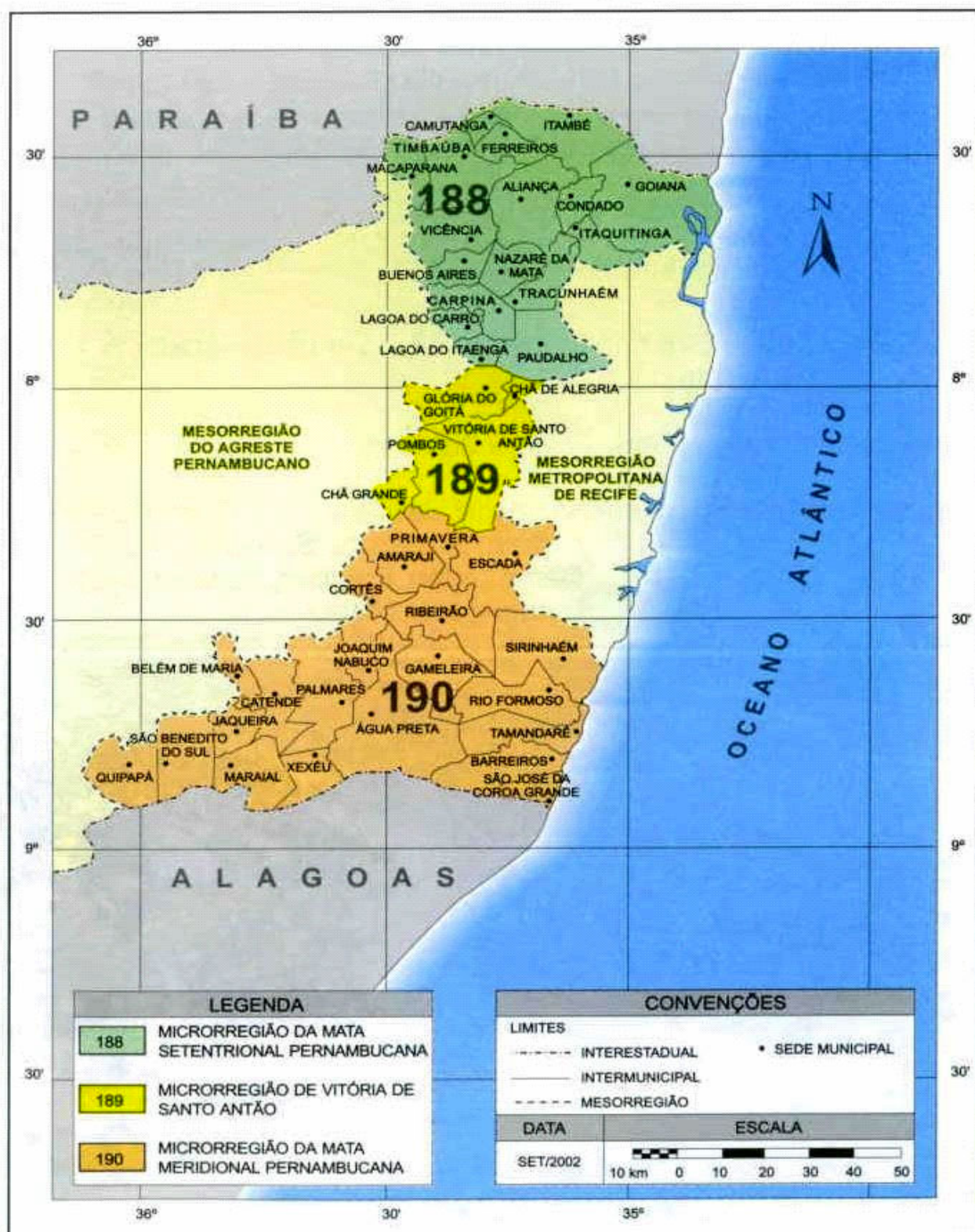
Mesorregiões Geográficas



Mapa 1 Mesorregiões geográficas do Estado de Pernambuco
FONTE: Atlas Escolar (ANDRADE, 2003)

MESORREGIÃO DA MATA PERNAMBUCANA

Microrregiões Geográficas



FONTES: CONDEPE/IBGE, 1996.
DES./ED.GRAF.: Fernando J. C. C. Lins.

Mapa 2 – Microrregiões da Zona da Mata pernambucana
FONTE: Atlas escolar (ANDRADE, 2003)

Para a denominação das mesorregiões foram estabelecidos os seguintes critérios:

- Denominações regionais tradicionais;
- Denominação de centros urbanos de grande importância regional;
- Denominação das tradicionais Regiões Metropolitanas (por Leis Complementares anteriores à Constituição de 1988);
- A posição geográfica para os demais casos.

Para as microrregiões, os critérios foram:

- Aporte tradicional – denominação do município mais tradicional (como foi o caso de Vitória de Santo Antão) ou mais antigo e que tenha tido expressão na articulação do espaço;
- Aporte de hierarquia urbana – denominação de um centro urbano conforme o estudo do IBGE e
- Aporte de contingente populacional urbano, nos demais casos.

Quanto aos aspectos fisiográficos, predomina na Zona da Mata o clima tropical úmido, com temperaturas médias anuais em torno de 24° C e chuvas concentradas no outono/inverno; segundo Köppen, pertence ao tipo As'. Três fatores modificam essas condições, o relevo (altitudes médias não superiores a 1.000 m), a maritimidade, bem como a ação de um sistema atmosférico extratropical, a Frente Polar Atlântica associada às Ondas de Leste, responsáveis por grandes aguaceiros nos meses do outono e inverno.

Na Zona da Mata Sul, os índices pluviométricos são superiores a 1.800 mm, enquanto na Zona da Mata Norte, as médias ficam entre 1.400 mm a 1.600 mm anuais.

A Zona da Mata tem sua estrutura geológica constituída por duas províncias: a cristalina, com terrenos pré-cambrianos e outra sedimentar, de idade mais recente, caracterizada pelo Grupo Barreiras (terciários) e por sedimentos quaternários.

O relevo é constituído, basicamente, pela planície sedimentar costeira, de largura variável, de origem flúvio-marinha ou marinha, tabuleiros costeiros, circundados por colinas e morros, que não apresentam grande altitude; são as ocorrências cristalinas que antecedem os contrafortes do Planalto da Borborema. Na Zona da Mata Norte, os Baixos Platôs ou tabuleiros encontram-se assentados sobre o embasamento cristalino, dando-lhe uma configuração paisagística específica.

Quanto aos solos, elemento de fundamental importância para as atividades agrícolas, são considerados de grande e média fertilidade. Predominam, na Zona da Mata, os latossolos, que constituem uma espécie de barro vermelho, amarelo ou alaranjado, mais freqüentes na Mata Sul, associados aos podzólicos, vermelho e amarelo, bem desenvolvidos, predominantes na Mata Norte

Na Zona da Mata Norte, divisa com o Estado da Paraíba, encontra-se a foz do rio Goiana formada pela junção de dois rios que drenam a microrregião Setentrional: o Capibaribe-Mirim e o Tracunhaém. Entre os afluentes do Capibaribe-Mirim, salienta-se o Siriji (ANDRADE, 2003, p. 55).

Anterior à colonização, recobria toda a Zona da Mata uma floresta pluvial tropical subperenifolia. A Mata Atlântica, como é chamada, apresenta diferenciações devidas ao maior ou menor grau de umidade, verificado entre a parte norte, daí a denominação Mata Seca, e a parte sul, chamada de Mata Úmida. A escassez tem valorizado as áreas cobertas por resquícios dessa floresta, na medida em que outros segmentos do turismo (ecológico, de aventura) estão inserindo essas áreas aos seus destinos. São numerosos os grupos que se organizam para percorrer trilhas em meio à mata, para contemplação, estudo e, até mesmo, com o objetivo de sensibilização para a educação ambiental.

1.2 Identificando a relevância da área de estudo

A cultura da cana-de-açúcar não se desenvolveu por todo o território pernambucano com as mesmas características, inclusive porque a organização do espaço geográfico não se explica apenas pela materialidade de seus aspectos físicos, mas, também, pelo seu conteúdo social, cultural e econômico. Devido às condições naturais serem, por si só, menos favoráveis, devido ao relevo mais acidentado, à redução dos índices pluviométricos e às características edáficas, na Zona da Mata Norte, a evolução econômica e social fez-se primeiro pela extração do pau-brasil, depois, pela policultura de café, banana, algodão e não somente pelos canaviais.

Pela necessidade de delimitar a área para aplicação da presente pesquisa, que pudesse ser representativa da realidade socioeconômica e

cultural da região, optou-se pelo conjunto de cinco municípios: Aliança, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência (FIGURA 1). Esse agrupamento de Municípios, exemplo do pioneirismo, poderio econômico e de inovação tecnológica de importante período da história da Mata Norte pernambucana corresponde à Área-Piloto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA).

No Quadro 1 estão expressos os municípios definidos pelo Programa Estadual, segundo critérios que levaram em conta o quadro natural, mas também, seu perfil econômico. Alguns deles já apresentam certa diversificação; outros permanecem em situação ainda próxima daquela secularmente vigente; outros, ainda, apesar da diversificação econômica, continuam presos ao sistema produtivo açucareiro.

Quadro 1 – Municípios dos Territórios do PROMATA

<i>TERRITÓRIOS</i>	<i>MUNICÍPIOS</i>
1	Timbaúba, Camutanga, Ferreiros e Macaparana
2	Goiana, Itambém, Condado e Itaquitinga
3	Paudalho, Lagoa de Itaenga, Carpina e Lagoa do Carro
4	Vitória de Santo Antonio, Pombos, Glória do Goitá e Chã de Alegria
5	Escada, Chã Grande, Primavera e Amaraji
6	Ribeirão, Gameleira, Cortês e Joaquim Nabuco
7	Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande
8	Palmares, Catende, Belém de Maria, Água Preta e Xexéu
9	São Benedito do Sul, Jaqueira, Maraial e Quipapá
Piloto	Aliança, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência

FONTE: Adaptado de www.promata.pe.gov.br/internas/zona_mata/perfil.asp

As características geográficas dos Municípios do Território-Piloto estão resumidas no Quadro 2.

Quadro 2 – Características geográficas dos Municípios do Território-Piloto do PROMATA - 2000

<i>MUNICÍPIOS DA ZONA DA MATA NORTE</i>	<i>CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS</i>				
	Área (km ²)	População residente	IDH*	Altitude (m)	Distância da Capital (km)
Aliança	265,3	37.189	0,578	123	72,9
Buenos Aires	87,4	12.007	0,621	149	66,1
Nazaré da Mata	141,3	29.254	0,703	89	50,1
Tracunhaém	141	12.394	0,636	120	
Vicência	249,2	28.820	0,644	119	75,4

NOTA: * - IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

FONTE: City Brasil

Do ponto de vista paisagístico arquitetônico dos Municípios em destaque, vale a pena percorrer a seqüência de fotos que se segue (FOTOS 1, 2, 3, 4 e 5).

**Foto 1 – Arruado do
Município de Aliança**

FONTE: Atlas Turístico de
Pernambuco
(PERNAMBUCO, 2002)





Foto 2 – Praça do Município de Buenos Aires

FONTE: Atlas Turístico de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2002)



Foto 3 – Praça do Município de Nazaré da Mata

FONTE: Atlas Turístico de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2002)



Foto 4 – Praça do Município de Tracunhaém

FONTE: Atlas Turístico de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2002)



**Foto 5 – Arruado do
Município de Vicência**

FONTE: Atlas Turístico de
Pernambuco
(PERNAMBUCO, 2002)

Escolheu-se o conjunto dos cinco municípios citados em função das seguintes razões: os Municípios do referido território-piloto são contíguos e apresentam identidades multidimensionais no tocante aos aspectos fisiográficos da Zona da Mata Norte, sua origem histórica, a organização e indicadores sociais e culturais (grupos sociais relativamente distintos) e perfil econômico-produtivo (predominância da grande lavoura canavieira). Detalhando os elementos em comum, tem-se que:

- Todos eles ficam em média a 50 km - 60 km da Capital;
- São Municípios de pequena extensão territorial. O mais extenso é Aliança, com 265,3 km², e o menor é Buenos Aires, com 87,4 km²;
- Possuem um patrimônio cultural representado pela sede dos engenhos, igrejas, casarios, mercados, estação ferroviária, entre outros. Este acervo encontra-se em regular a médio estado de conservação. Alguns, apesar de bem próximos da sede municipal,

enfrentam o problema do acesso por vias não asfaltadas, em péssimo estado de conservação;

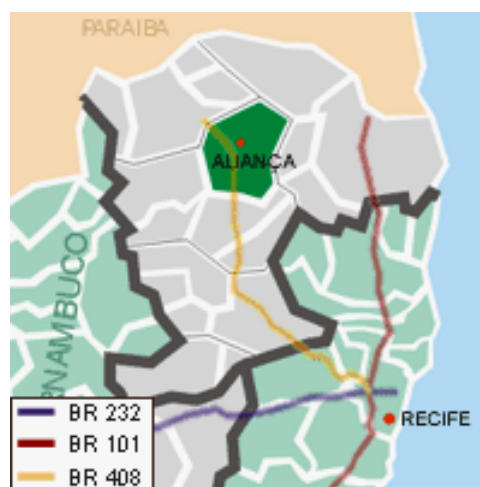
- Todos preservam tradições culturais, que são apropriadas pelo turismo como atrativo. São os maracatus rurais, grupos de caboclinhos, pastoril, côco de roda, ciranda, etc.. Preservam ainda a tradição das benzederias e rezadeiras. Nazaré da Mata ostenta o título de “Terra dos Maracatus”;
- O artesanato constitui-se de bordados das golas dos caboclos do maracatu e outros adereços, bruxinhas de pano, cestaria, tapetes, trançados. Tracunhaém tem destaque internacional pelos trabalhos em cerâmica, tanto decorativa como utilitária. É interessante notar que cada residência torna-se um ateliê, envolvendo mão-de-obra familiar;
- O regionalismo encontra-se presente na gastronomia. Vicência tem como marca registrada os subprodutos da banana, mesmo no artesanato: bolos, sorvetes, nego bom e licores feitos com fruta;
- Dois desses Municípios, Nazaré da Mata e Vicência, em 1997, foram classificados pelo EMBRATUR, como Municípios com Potencial Turístico;
- Seu perfil econômico é tipicamente agropecuário. A cana-de-açúcar é a lavoura predominante, seguindo-se a fruticultura (banana, laranja, manga, coco, abacate, abacaxi, etc.), as lavouras temporárias de subsistência e uma pecuária extensiva;

- As populações residentes, segundo o Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2001), não chegam a 40.000 habitantes. Aliança é o município mais populoso com 37.189 habitantes e Buenos Aires, o menos populoso, com 12.007 habitantes;
- Seus indicadores sociais apresentam-se baixos, sendo o IDH de Aliança o mais baixo de todo o Estado, igualando-se a 0,578 (IBGE, 2001);
- Interligam-se às rodovias federais BR101 e BR232 por meio da BR408. São servidos pelas rodovias estaduais PE005, PE059 e PE062.

Convém no que diz respeito a sua situação geográfica, destacar a localização dos Municípios, alvo da presente pesquisa, com relação ao Recife, cidade de onde atualmente parte a grande maioria dos turistas que a ele chegam pelas rodovias citadas (FIGURAS 2,3,4,5, e 6).

Figura 2 – Malha viária do Município de Aliança

FONTE: Disponível em
www.promata.pe.gov.br/internas/municipios



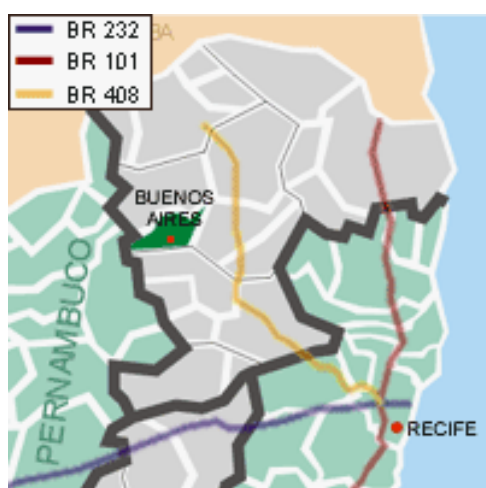


Figura 3 – Malha viária do Município de Buenos Aires

FONTE: Disponível em www.promata.pe.gov.br/internas/municipios

Figura 4 – Malha viária do Município de Nazaré da Mata

FONTE: Disponível em www.promata.pe.gov.br/internas/municipios

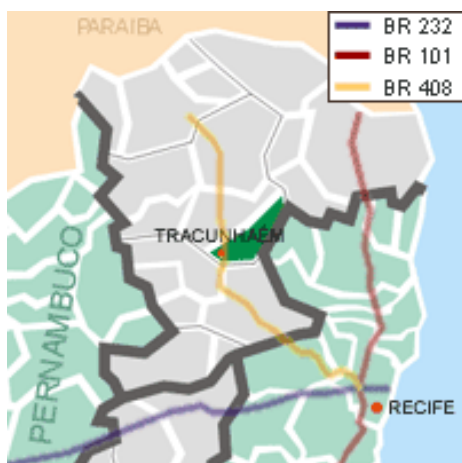
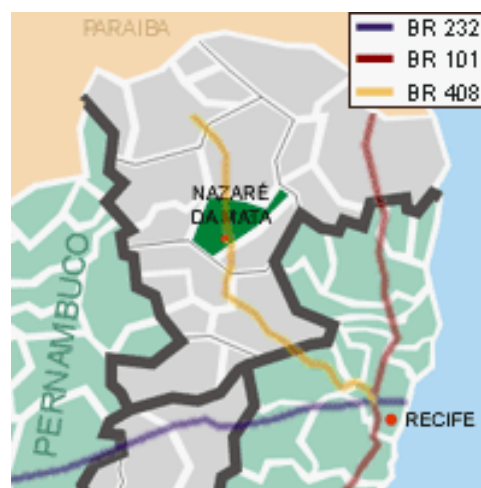
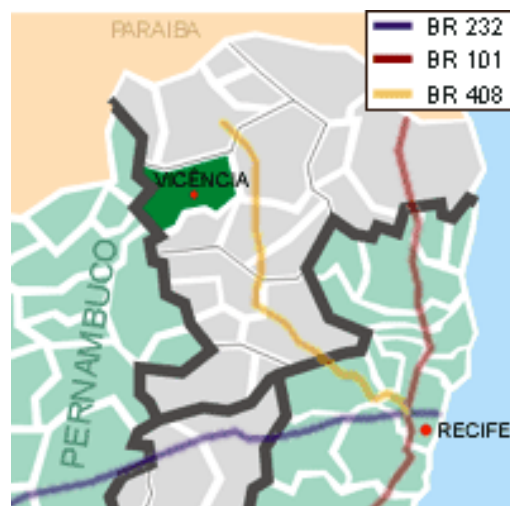


Figura 5 – Malha viária do Município de Tracunhaém

FONTE: Disponível em www.promata.pe.gov.br/internas/municipios

Figura 6 – Malha viária do Município de Vicência

FONTE: Disponível em www.promata.pe.gov.br/internas/municipios



A presente pesquisa enfoca o turismo rural. Daí se ter escolhido o recorte espacial nos Municípios anteriormente citados, por apresentarem forte interligação com o espaço rural, onde se localizam os engenhos.

Esses Municípios concentram significativo contingente de trabalhadores rurais que, apesar de virem apresentando decréscimo, não descaracterizam sua ruralidade materializada por: expressão numérica da mão-de-obra rural residente na sede do município, cultura interiorana e modo de vida e lógica familiar muito próximos daqueles observados no campo (TABELA 1).

Tabela 1 – Evolução temporal da população urbana e rural dos cinco Municípios da Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, componentes do Território-Piloto do PROMATA

MUNICÍPIOS DA ZONA DA MATA NORTE	POPULAÇÃO					
	Total	1991 Urbana	Rural	Total	2000 Urbana	Rural
Aliança	37.455	15.310	22.145	37.189	17.091	20.098
Buenos Aires	12.462	4.546	7.916	12.007	6.408	5.599
Nazaré da Mata	26.539	20.485	6.054	29.254	24.704	4.550
Tracunhaém	11.934	7.322	4.612	12.394	9.442	2.952
Vicência	28.018	9.314	18.704	28.820	10.502	18.318

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (MARQUES; BARROS, 2003)

Embora sejam perceptíveis os elos de identidade entre esses Municípios, cada qual vem desenvolvendo particularidades, a fim de criarem diversidades para agregar mais valor ao atrativo turístico. Os diferenciais quanto ao nível de urbanização de cada um, constantes da Tabela 1, têm contribuído para aquela diversificação.

Primeiramente, como se pode constatar nos dois últimos Censos Demográficos, os Municípios da área pesquisada, com exceção de Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência, vêm perdendo população absoluta, o que se pode atribuir, não só, às migrações para outros centros regionais ou para a Capital Estadual, mas também ao desdobramento dos Municípios.

Em segundo lugar, identifica-se ter havido aumento da população urbana em detrimento da rural, atribuído à estrutura fundiária cada vez mais concentradora, que acaba por reestruturar a cada década a localização espacial da população em direção à sede dos Municípios, em primeira instância. Os reflexos desse fato são perceptíveis na complexidade dos níveis e da qualificação das ocupações mencionadas nas entrevistas da pesquisa de campo.

1.3 A periodização do meio geográfico da Zona da Mata Norte

Nos dizeres de Santos (1997), a técnica surge pela necessidade das sociedades em extrair da natureza o seu sustento. Assim sendo, desde que a produção se tornou social, pode-se falar num meio técnico.

A intensificação do sistema capitalista, ao universalizar-se, e a introdução da colônia brasileira nessa universalização, devido à expansão da lavoura canavieira, ocorre justamente no período da acumulação comercial do capital, o qual busca sempre unificar e aperfeiçoar as técnicas, apesar da diversidade do meio geográfico e da sua aplicação pelas diferentes sociedades.

Andrade e Andrade (2001) explica que a cultura da cana de açúcar e, por sua vez, a construção dos engenhos, intensificada a partir da criação das capitanias hereditárias, em Pernambuco, correspondeu a um lote que se estendia da foz do rio Santa Cruz até a foz do rio São Francisco, doado a Duarte Coelho, muito embora esse cultivo já tivesse sido desenvolvido em outras capitanias como a de São Vicente (SP), a de Paraíba do Sul (RJ) e a da Bahia (BA).

Prossegue o autor (ANDRADE; ANDRADE, 2001), historiando que a distribuição geográfica dos primeiros engenhos deu-se numa faixa litorânea devido a algumas dificuldades, como: resistência dos índios no interior, condições ambientais favoráveis, e imposição mercadológica exterior do continente europeu. Assim sendo, a estrutura econômica brasileira caracterizou-se, desde o início do ciclo açucareiro, como agroexportadora, voltada inteiramente para o Atlântico, e, neste sentido, destacou-se a posição privilegiada de Pernambuco, numa época em que o transporte era tão rudimentar.

Essa localização assentou os primeiros habitantes, dando origem aos primeiros núcleos de povoamento: vilas e cidades. À medida que os indígenas iam sendo empurrados para o interior, deu-se a interiorização do

povoamento e da construção de engenhos, em proporções menores que os do litoral. A produção açucareira destes engenhos era encarecida pelo transporte em carros de boi ou lombo de burro, até pequenos portos fluviais interiores (Igarassu, Beberibe, Capibaribe, etc.) (ANDRADE; ANDRADE, 2001).

Devido à expansão e diversificação do consumo dos produtos da cana, procedeu-se a uma espécie de especialização da produção entre as engenhocas e os engenhos. As engenhocas, como eram chamados os engenhos menores do interior, atendiam ao crescimento do mercado interno e produziam, além do açúcar, rapadura e aguardente para os habitantes da colônia. Os engenhos reais, litorâneos, de grande expressão econômica e social no período, atendiam predominantemente, ao mercado exterior.

A expansão da pecuária e o cultivo do algodão fizeram surgir as engenhocas rapadureiras também nas áreas de brejo⁶, a partir da segunda metade do Século XVII, visando atender sobretudo o mercado interno interior.

O comércio do açúcar teve um crescimento tão intenso que, segundo Andrade e Andrade (2001, p. 12);

Em 1584 já existiam na capitania 66 engenhos. Após a invasão holandesa, Pernambuco já contava com 144 engenhos. Ao serem implantadas as primeiras usinas, na segunda metade do século XIX, os engenhos já contabilizavam mais de 3.500 unidades.

⁶ Segundo Melo (2005, p. 25), brejo é considerado como “as áreas, que se destacam do espaço de zonas semi-áridas e subúmidas do Nordeste, devido a sua temperatura mais amena, maior umidade, diversidade de vegetação, solos mais desenvolvidos, tendo a estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades – sítios – e a economia, voltada para a produção de alimentos”.

A expansão do número de engenhos, associada às infra-estruturas necessárias à produção e exportação do açúcar, passou a constituir um verdadeiro sistema de objetos que possibilitou a construção e o uso do território voltado, sobretudo, à acumulação do capital.

Do meio técnico ao meio técnico científico: a modernização

Se acontece que o tempo e as circunstâncias são favoráveis a quem age com cuidado e prudência, o resultado será bom, mas, se mudam as circunstâncias e o tempo, a mesma pessoa se arruinará se não alterar seu procedimento. Não há homem tão prudente que possa adaptar-se a esse fato – ou porque não se consegue desviar do rumo a que o inclinou a natureza, ou porque, tendo sempre prosperado no único caminho utilizado, não se convence que será oportuno abandoná-lo. Assim, e em consequência, se perde. Se nos fosse possível modificar a natureza, para ajustá-la aos tempos e às circunstâncias, nossa sorte jamais mudaria (MACHIAVELLI, apud BONACCINI, 2003, p. 17).

Durante aproximadamente 350 anos de história, portanto, a estrutura produtiva canavieira não primou por melhorias técnicas, tendo predominado os primitivos engenhos movidos a tração humana, posteriormente a juntas de boi ou cavalo. A evolução foi lenta até chegar aos engenhos d'água.

Segundo Andrade e Andrade (2001), só bem mais tarde, no início do Século XIX, é que seriam introduzidos, em Pernambuco, os engenhos movidos a vapor. A própria moenda feita de madeira somente no Século XIX foi substituída pela metálica. Essas inovações promovem maior produtividade.

A lentidão em absorver novas modalidades técnicas, pode ser atribuída à falta de uma política agrícola, que procurasse melhorar as

variedades cultivadas prevenindo pragas e a um melhor tratamento dos solos para evitar a erosão e seu empobrecimento, devido à intensificação do processo.

A ausência de ações protetoras dos solos e de sua capacidade produtiva foi levando, a um declínio da produtividade do açúcar, justamente quando enfrentava a concorrência de outras áreas produtoras, especificamente as Antilhas e a Insulíndia, ocupadas por holandeses e ingleses.

Se, por um lado, as invasões holandesas representaram, no início, um período crítico de destruição de muitos engenhos, por outro a crise de produtividade, pela falta de condições técnicas para manter a hegemonia no comércio do açúcar, fez com que o principal produto de exportação, naquela época, conhecesse sua primeira grande crise.

Outras crises assolaram a produção e a circulação do açúcar pernambucano, levando, muito posteriormente, as elites locais a procurarem novas estratégias de produção do produto. Essas estratégias são traduzidas pela aplicação de novos mecanismos de organização técnica da produção. Com isso tem-se o marco, não absoluto, evidentemente, do fim do período técnico e do início do período técnico-científico: o período das usinas.

Em cada período, o sistema procura impor modernizações características, operações que procedem do centro para a periferia. Não se trata de uma operação ao acaso. Os espaços atingidos são aqueles que respondem, em um momento dado, às necessidades de crescimento ou de funcionamento do sistema em relação ao seu centro (SANTOS, 1985, p. 31).

Houve um movimento modernizador dos antigos engenhos, os quais passaram a implantar máquinas no processo produtivo que, além de

aumentar a produtividade, possibilitaram também a produção de um novo tipo de açúcar, o cristal.

Esta fase de modernização, porém, como era de se esperar, não atingiu todos os espaços ao mesmo tempo, devido aos seguintes fatores: descapitalização e natural resistência paradigmática, ao moderno, pelo conservadorismo dos senhores de engenho. Aqueles engenhos que tiveram, portanto, condições de modernização passaram a ser chamados de usinas, demandando grandes investimentos.

Conforme Andrade e Andrade (2001, p. 23), de 1871 a 1880, ocorreu a expansão capitalista, desencadeada pelo crescimento econômico francês, alemão e pela Revolução Industrial inglesa. Esta última facilitou a aplicação de capital na exploração de países coloniais, como era o caso do Brasil, que estava sob a influência econômica da Inglaterra. Os primeiros investimentos ingleses foram realizados em estradas de ferro, serviços urbanos e nas agroindústrias, nas usinas. A primeira implantada foi a de São Francisco da Várzea, em 1875. Desde então a concorrência não parou de crescer.

O Decreto Federal 8.357, de 24 de dezembro de 1881, dava garantia de juros às empresas que transformassem os antigos bangüês⁷ em usinas. De acordo com o Decreto, apenas teriam esses benefícios os engenhos centrais que fossem implantados por empresas, não proprietárias de terras e que firmassem contrato com os senhores de engenho de propriedades aptas a fornecer cana suficiente para a produção, com renda garantida ao novo empreendimento.

⁷ Bangüês – engenhos primitivos movidos por escravos, rodas'água, ou junta de animais, anteriores aos movidos por energia a vapor

As transformações no parque açucareiro deram-se, em parte, pela concentração de terras e pelas parcerias formadas entre empreendedores e senhores de engenho. Assim as fábricas eram obrigadas a construir estradas de ferro para o transporte da cana e a contratar técnicos com formação universitária para o controle da produção e da qualidade do açúcar e do álcool. Daí a referência à dimensão técnica e científica do período em causa, nesta seção.

No último quartil do Século XIX, ocorre o abandono ou a transformação dos antigos engenhos bangüês, quando os senhores de engenho, outrora no topo da escala social da região e que não acompanharam a modernização tecnológica, viram-se transformados em fornecedores de cana para as usinas ligadas, em geral, direta ou indiretamente ao capital francês ou inglês (ANDRADE; ANDRADE, 2001).

No Estado de Pernambuco, a maior concentração de usinas deu-se na Mata Sul, principalmente nos Municípios de Escada, Ipojuca e Sirinhaém. Nesta região, apesar da modernização, o controle da atividade permanecia nas mãos dos velhos grupos familiares. Conforme Costa (2003, p. 28), que também analisa a questão:

O poder político do Brasil colonial é desde o início, portanto, bipolar, ou seja, ele se estabelece formalmente à base de um pólo central (o Governo Geral, que internalizava o Estado português) e outro representado pela presença econômica e política dos senhores de terras e de engenho, disseminados ao longo do litoral, principalmente.

Na Zona da Mata Norte, entretanto, é somente no início do Século XX, que se dá o processo modernizador de transformação dos engenhos em

usinas destacando-se a criação das usinas de Goiana, Itambé, Timbaúba, Nazaré (incluindo Vicência e Aliança) e Paudalho.

No início do Século XX, também delineia-se um novo momento crítico para a economia canavieira na região. No mercado internacional, o açúcar vinha perdendo preço desde 1924. Na crise de 1929, embora o principal produto brasileiro de exportação fosse o café, o açúcar também não passou incólume.

À crise econômica internacional de 1929, seguiu-se, e até como consequência daquela, uma crise interna de sucessão política, com a implantação do Estado Novo, encabeçada por Getúlio Vargas. Nesse contexto, as usinas, em geral, atravessavam um momento crítico com o redimensionamento da política econômica interna. Foram poucos os usineiros que conseguiram créditos para manter seus empreendimentos em funcionamento.

Muitas foram as usinas, tanto na Mata Norte como na Mata Sul, que, por conta daquelas crises, tiveram poucos anos de atividade: algumas foram absorvidas por outras vizinhas ou ainda houve aquelas que se fundiram para formar um empreendimento maior. O preço da saca de açúcar caiu vertiginosamente, a exemplo de todos os outros produtos, levando muitas das usinas à bancarrota.

Novas crises do capitalismo internacional imprimiram novos rumos à economia açucareira brasileira e, em particular, à pernambucana. Para solucionar a crise que perdurava, optou-se por uma política fortemente intervencionista.

Em 1933, o Governo Federal cria o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), com o objetivo de reorientar, financiar e gerir a produção açucareira, e estabelece cotas para os estados da federação, no intuito de proteger a produção nordestina. A década de 1930 caracterizou-se, também, pela acirrada disputa entre os fornecedores de cana e os usineiros, com repercussões nas relações de trabalho, agravando ainda mais a crise.

A irrigação, outro problema da área, tornou-se uma das grandes soluções técnico-científicas implementadas sob pressão dos usineiros da Mata Norte, menos úmida. Dessa maneira, foram numerosos os açudes e canais de irrigação construídos na área.

A geo-história da agroindústria açucareira nordestina segue, pois, enfrentando crises tipicamente capitalistas, em virtude da concorrência do mercado internacional, no início, do mercado interno, a partir do Século XX, particularmente do Estado de São Paulo e novamente do mercado internacional.

No pós-Segunda Guerra Mundial, quando o mundo enfrentou a elevação dos preços do petróleo, o Brasil, a exemplo de outros países, dependente das importações deste produto, traçou uma política de substituição do petróleo por uma fonte de combustível considerada alternativa: o álcool.

Isso veio dar um novo alento aos produtores de cana que, na década de 1970, apresentava preços baixos no mercado internacional. Tratava-se de mais uma possibilidade de diversificação da produção na sub-região, mas com base ainda na tradicional matéria prima: a cana.

Com isso o Governo Federal, no período autoritário, implantou o Programa Nacional do Alcool, o PROÁLCOOL, uma iniciativa que beneficiou enormemente as usinas de açúcar e de álcool. Ele estimulou, de forma indiscutível, o emprego da cana-de-açúcar como fonte de energia renovável e de outros subprodutos.

No entanto, o programa foi alvo de muitas polêmicas e críticas, porque o PROÁLCOOL aprovou e financiou os grandes projetos, expandindo os latifúndios já existentes ou formando novos latifúndios, que passaram a ocupar terras anteriormente destinadas ao cultivo de alimentos. Esse cultivo passou a ser feito em áreas mais distantes, em terras menos férteis, encarecendo muito a agricultura e a criação de subsistência. A mecanização da nova expansão canavieira destinada à produção do álcool não ampliou a oferta de empregos no campo. A intensificação da cultura da cana continuou trazendo consigo a poluição, constituída pelo vinhoto, entre outros resíduos de destilação, que eram despejados nos rios.

No meio técnico-científico, a Zona da Mata nordestina encontrava-se em desvantagem em relação ao Sudeste porque toda cadeia produtiva do PROÁLCOOL foi seletiva e excludente em relação à região Nordeste, que viu perpetuar seu caráter concentrador de terras e rendas conservado desde o período colonial.

Nesse período, Pernambuco também teve aumentada sua produção alcooleira, embora tenha permanecido predominantemente açucareiro. Já a expansão dos canaviais para a produção de álcool em grande escala, ocorreu sobretudo na região Sudeste, particularmente no Planalto Ocidental Paulista:

As motivações do uso dos sistemas técnicos são (...) a razão do comércio, e não a razão da natureza, que preside à sua instalação. Em outras palavras, sua presença torna-se crescentemente indiferente às condições pré-existentes (SANTOS, 1997, p. 137).

A região Sudeste foi, portanto, a beneficiada por várias razões: a proximidade da indústria automobilística, a maior demanda por ser a região de maior densidade viária, a concentração de órgãos financiadores, disponibilidade de terras e até uma questão de ordem natural, o relevo da região é bem mais regular, o que facilitou a mecanização.

O Nordeste, por sua vez, tradicionalmente açucareiro, que poderia ter sido mais beneficiado com os créditos agrícolas destinados à produção de álcool inserindo no processo produtivo os pequenos fornecedores de cana para as usinas, bem como outros segmentos sociais locais, ficaram praticamente à margem desses fluxos financeiros.

A expansão do PROÁLCOOL entrou em crise com a normalização do preço do petróleo a partir, sobretudo, dos anos 1980. Isso desacelerou a produção de álcool e provocou a extinção do IAA pelo Governo Federal, desorganizando a comercialização controlada do produto, o que, por conseguinte, provocou a queda do preço internacional do açúcar.

Do meio técnico-científico ao meio técnico-científico-informacional: acumulação de capital x segregação socioespacial

No Século XX, delinearam-se algumas alterações nesse cenário social. Na Zona da Mata nordestina, os problemas econômico-sociais, decorrentes das crises no mercado do açúcar, não tiveram soluções políticas. Ao contrário, perpetuaram-se e àquelas somaram-se outras advindas da modernização.

A organização e a inserção de regiões do espaço geográfico do estado de Pernambuco deram-se, desde o início, pela expansão do capitalismo monopolista internacional.

No dizer de Santos (1985), o período técnico-científico-informacional inicia-se com o fim da Segunda Guerra Mundial.

É o período da grande indústria e do capitalismo das grandes corporações, servidas por meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos. A tecnologia constitui sua força autônoma e todas as outras variáveis do sistema são, de uma forma ou de outra, a ela subordinadas, em termos de sua operação, evolução e possibilidades de difusão (SANTOS, 1985, p. 27).

Com essa forte vinculação às diretrizes do sistema-mundo, ao final do Século XX, houve na Zona da Mata como um todo, e na Zona da Mata Norte em particular, uma reorganização espacial em que as políticas públicas de crescimento introduziram novas possibilidades como, a diversificação de

produtos e serviços, numa região que calcara a produção de seu espaço no modelo primário-exportador.

À luz das reflexões miltonianas, a dimensão temporal, no que diz respeito à difusão das inovações como processo espacial do período técnico-científico-informacional, é marcada pela instantaneidade dos fatos e universalização na propagação das inovações, desestruturando a organização anterior do espaço e reconfigurando-a para atender aos interesses contemporâneos do sistema capitalista global.

A produção do espaço, segundo Santos (1997), é resultante do equilíbrio entre fatores de concentração e de dispersão em um dado momento histórico, em determinado lugar. Os fatores de concentração seriam as condições especiais que alguns pontos do espaço oferecem à realização de atividades, que compactuem com a expansão capitalista, em seu estágio monopolista. Os fatores de dispersão estão representados pela qualidade e intensidade dos sistemas informacionais bem como pela criação de novos modelos de consumo. As possibilidades de comunicação imediata, a distância física entre os diferentes espaços deixaram de ser condição imperativa da difusão das modernizações.

Em escala global, cada etapa modernizadora representa um jogo de possibilidades diferenciadas para os agentes capazes de adotá-las. Elas criam novas atividades ao responder a novas necessidades sociais. No plano local, a modernização pode representar simplesmente uma adaptação das atividades preexistentes ao novo contexto. A difusão diferenciada e seletiva das modernizações cria pólos internos. Isto pode ser percebido por toda a Zona

da Mata pernambucana. A modernização exige especialização e conseqüente hierarquização funcional de espaços.

Paralelamente ao processo de ocupação do território, inicialmente, os colonizadores portugueses tentaram escravizar os índios, usando a estratégia de atraí-los para o trabalho em troca de ferramentas e bugigangas. Em seguida, passaram a proceder a verdadeira caça ao índio. Como essa população não se adaptou ao trabalho sistemático na lavoura, o colonizador optou pelo comércio do negro africano, o qual já promovia altos lucros para Portugal.

A introdução da força de trabalho escravizada obedeceu às necessidades da evolução econômica do capitalismo brasileiro. Algumas áreas foram mais favorecidas pela presença da mão-de-obra escravizada no conjunto da imigração forçada, como foi o caso da Zona da Mata nordestina com a lavoura canavieira.

No Brasil, o escravo vivia em condições de muito sofrimento físico e moral. Não tinha qualquer tipo de direito. Alimentava-se mal, dormia em aposentos desconfortáveis e insalubres, as senzalas. Sua atividade diária era longa e penosa. Eram eles os responsáveis, após derrubar a mata, da construção das edificações do engenho. Plantavam e colhiam a cana, passavam-na pela moenda e prosseguiram o processo até o produto final, o açúcar mascavo. Os escravos não eram considerados como membros da sociedade, mas apenas como suporte econômico ao seu funcionamento. *Vieram nos porões dos negreiros: hoje vivem nos porões da sociedade* (FREITAS, 1995, p. 72).

A sociedade era composta pelas famílias dos senhores de engenho, pelos trabalhadores livres (artesãos, mestres, feitores, etc.), sacerdotes e também pelos escravos, estes bem mais numerosos. No entanto, era o senhor de engenho quem detinha o poder de vida e morte sobre todos aqueles que o cercavam. Essa foi a estrutura social nordestina da Zona da Mata até fins do Século XIX: no topo da pirâmide social o dono dos meios de produção, o senhor de engenho, e, na base, os trabalhadores escravizados.

Libertos, porém sem a terra, a qual cultivaram por quase 300 anos, sem a mínima chance de inclusão social por meio de empregos estáveis, sem instrução e marcados pelo preconceito racial, os negros mantiveram sua situação social de efetiva segregação. Até hoje sua capacidade de competir é mínima, apesar da organização militante de certos grupos. O fim da escravidão não alterou, praticamente, em nada as relações de trabalho, na medida em que se continuou com uma servidão camuflada ou, em alguns casos, escancarada.

Fomos os últimos a abolir a escravidão. A independência excluiu da nacionalidade mais da metade da população, no sentido moderno, quando a Abolição instituiu a igualdade civil. Mudar estruturas jurídicas ou econômico-sociais é muito mais fácil que mudar uma cultura; ela sobrevive às estruturas que lhe deram causa, como aquelas estrelas cujo brilho continuamos a ver após sua extinção (FREITAS, 1995, p. 54).

Foi dessa forma que, inicialmente, a mão-de-obra negra escravizada, posteriormente os herdeiros mestiços, acompanharam a construção da sociedade nordestina e, em particular, na Zona da Mata. No entanto, não obstante algumas parcas conquistas sociais, continuaram na condição de não cidadania.

Segundo Dabat e Guimarães Neto (1998, p. 92), *A agroindústria açucareira na Zona da Mata nordestina inculcou na região a fama de modernidade*. Essa aura de modernidade seria resultante de sua capacidade de competir num mercado mundializado.

Nesse aspecto, já caracterizaria um paradoxo traduzido de um lado pela convivência com um meio rural com padrões sociais conservadores e, por outro lado, com inovações tecnológicas, dando outras destinações à produção açucareira, como abordado anteriormente, mas que não promoveram a verdadeira inclusão social da maioria de suas populações.

Dabat e Guimarães Neto (1998) apontam um outro contraste representado pelo fato de o Estado, enquanto promotor da modernidade, protetor e financiador dos empreendimentos agroindustriais, servir apenas aos interesses da classe dos grandes proprietários, ficando, ao contrário, praticamente ausente da vida da população trabalhadora, a não ser reprimindo-a, quando necessário.

Sua presença, junto às populações locais, tem sido apenas pontual e insuficiente no que tange à promoção da cidadania, mais no sentido de amenizar tensões sociais, bastante presente quanto à promoção da acumulação do capital.

Atualmente, está havendo uma retomada do processo de produção de açúcar, mas como uso de tecnologias cada vez mais poupadoras de mão-de-obra (Tabela 2).

Tabela 2 – Retomada da produção de cana de açúcar no período de 1999 a 2003

ANOS	PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR	
	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)
1999	322.549	12.252.857
2000	304.499	15.166.588
2001	339.350	15.976.847
2002	348.217	17.626.183
2003	359.387	18.522.067

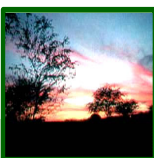
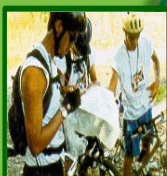
FONTE: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Pernambuco

Por outro lado há a consciência, por parte das elites locais, que a idéia de diversificar as atividades na área pode acarretar impactos menos negativos que os de uma monocultura sobre o meio ambiente.

Daí o interesse, também, com a inserção de novas atividades na área, a exemplo daquelas ligadas ao turismo, dos quais se destaca o grupo de atividades do turismo rural, atividades que se fixando sobre moldes flexíveis de organização, também fazem uso de tecnologias da informação e comunicação a fim de articular seus espaços a redes globais, vinculadas ao turismo de escala.

É neste contexto, portanto, que a opção pelo turismo rural pode ser uma das possibilidades de diversificação de atividades preexistentes, por meio da reconfiguração dos antigos engenhos, que após sofrerem dispendiosas restaurações⁸ passam a atrair visitação turística.

⁸ Algumas dessas restaurações foram *catastróficas*, pelo desrespeito às características arquitetônica, cor e ambientação em geral. Conforme depoimento do professor Manuel Correia de Andrade em 02/04/2004, em sua sala, Cátedra Gilberto Freire, na UFPE, por ocasião em que fomos consultá-lo sobre as crises da região açucareira e que também embasou nosso trabalho



2 PRODUÇÃO E AÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO TURÍSTICO NA ÁREA RURAL DA ZONA DA MATA NORTE

O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos representar esse fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente. À medida que o espaço parece encolher numa 'aldeia global' de telecomunicações e numa espaçonave terra de interdependências ecológicas e econômicas, para usar apenas duas imagens conhecidas e corriqueiras, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compreensão dos nossos mundos espacial e temporal (HARVEY, 1998 p. 219).

A visão do ser humano sobre o espaço vem mudando ao longo dos períodos do meio geográfico, discutidos no capítulo anterior. A nova morfologia do espaço geográfico, relacionada à nova ordem econômica global e às novas tecnologias, diferencia cada vez menos os espaços tradicionais, embora não haja efetivamente um processo de homogeneização do espaço.

As áreas geográficas que se articulam a esse novo processo deixam de ser moldadas por forças geradas a partir de cidades locais e regionais para serem influenciadas diretamente por diversos centros econômicos mundiais.

Nesse processo, o turismo sofre e, ao mesmo tempo, exerce uma influência considerável. As forças de transformação que originam uma nova reconfiguração do espaço, reconhece o turismo de massa como sendo um fenômeno característico das sociedades industriais fordistas.

Já o turismo rural ainda não apresenta as características pós-modernistas, mas, conforme Harvey (1998, p. 304-305) na condição de uma modernidade fordista ou neo-fordista uma fase intermediária entre o fordismo e a pós-modernidade flexível.

O espaço pós-moderno⁹ seria uma característica do mundo globalizado, surgido no final da Guerra Fria, no início da década de 1990. O mesmo pensamento é compartilhado por Trigo (1998, p. 136) quando afirma que uma das expressões do mundo globalizado é o turismo internacionalizado, beneficiário das inovações da revolução tecnológica, como, por exemplo, o aumento da autonomia dos transportes e a multiplicação das vias, as redes de comunicação por computador e por satélites, um sistema bancário mais ágil e chegando até a artificialização de ambientes que atendam ao imaginário ou à moda do momento.

O atual fenômeno de internacionalização do turismo materializa-se no espaço através de pontos conectados por redes. A ciência, a técnica e a informação, elementos que compõem o atual período em que vivemos, como visto no capítulo anterior, imprimem um caráter decisivo à mundialização do turismo, pois selecionam pontos de intensificação de cadeias hoteleiras e outras infra-estruturas necessárias à expansão do fenômeno numa acelerada escalada mundial.

A inserção do Brasil pelo turismo, no processo de globalização da economia, ocorre no início da década de 1990, a partir do governo neoliberal de Fernando Collor de Mello. O turismo, em todos os seus segmentos, constituiu-se um dos elementos fundamentais do processo de globalização de vários lugares. Um dos programas oficiais de apoio ao turismo, o qual contemplou, entre outras, a Região Nordeste, é o PRODETUR – Programa de

⁹ Pós-modernismo, conforme Santos (2001), corresponde ao nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes, desde 1950, por convenção, quando se encerra o modernismo (1900-1950). Nasce com a arquitetura e a computação e cresce ao entrar pela filosofia, durante os anos 1970, como crítica cultural ocidental. Hoje, alastrou-se pela moda, cinema, música e no cotidiano programado pela tecnociência (ciência+tecnologia). O ambiente pós-moderno, instalando-se como uma teia na paisagem moderna, é o cotidiano povoado pela tecnociência, o que é inerente ao novo meio geográfico: meio técnico-científico-informacional.

Desenvolvimento do Turismo, já na sua versão II, que tem como objetivo financiar, com recursos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, a implantação ou aplicação de infra-estrutura necessária ao setor, tais como, melhoria e reaparelhagem de portos, construção e ampliação de aeroportos, projetos de hotelaria, etc. Segundo Rodrigues (2002) o PRODETUR contempla a realização das verticalidades, do domínio hegemônico global.

Como a atividade turística pode ser representada por fluxos de pessoas pelo espaço, temos três dimensões a serem consideradas: o espaço de saída do turista, o espaço de chegada e o espaço intermediário entre saída e chegada. O que vai viabilizar o fluxo entre saída e chegada são os meios e vias de transportes e comunicações. Interessante notar que o processo de globalização prega a interiorização do turismo, ou seja, todas as políticas ditas públicas, estão se voltando para atender a esse comando ditado pela nova ordem mundial, cuja intenção fundamental é a de agregar novos destinos ao conjunto daqueles já tradicionalmente explorados para a expansão capitalista.

Na área da pesquisa isso fica evidente no depoimento do Governo do Estado e do prefeito municipal do Recife, publicada no Jornal do Comércio de 27/02/2005, como parte de uma série de reportagens que visaram a uma análise crítica do setor turístico no estado de Pernambuco. Afirma o governador:

Uma ação governamental que conta com o reconhecimento dos pernambucanos é o pesado investimento que o governo vem fazendo para recuperar a infra-estrutura do estado. É o caso da BR-232, entre Recife e São Caetano, que permitiu a interiorização do Turismo com a consolidação de antigos pólos e o surgimento de novos (Jarbas Vasconcelos – governador de Pernambuco)

A alternativa ao turismo massivo, litorâneo, na área da pesquisa, ocorre junto com o processo mundial de diversificação e flexibilização da produção, para públicos diferenciados e para tanto se pressupõem disponibilizar infra-estrutura que permita o acesso a essas áreas mais interiorizadas. Nesse sentido, vale ressaltar que os municípios da Zona da Mata Norte pernambucana distam, em média, 50-60 km de sua capital litorânea, que é o Recife. A interligação entre esses pontos é composta por uma malha viária formada por rodovias federais, no caso a BR101 (norte-sul) e a BR232 (leste-oeste); estaduais, vicinais (municipais) e até mesmo as vias particulares. Já se mostrou anteriormente (FIGURAS 2, 3, 4, 5, e 6) que os Municípios em questão, nesta dissertação, acham-se muito bem situados com relação à Capital pernambucana.

A densidade dessa malha viária é diretamente proporcional à proximidade dos centros litorâneos. As rodovias federais (BRs) e as rodovias estaduais geralmente são asfaltadas. As vicinais e particulares quase sempre se constituem em estradas de chão batido. O nível de conservação dessas vias é variável. A cada período chuvoso anual as seqüelas deixadas exigem recuperação, o que onera os cofres federais, estaduais e municipais. O governo do estado de Pernambuco, através de contratos firmados, consegue recursos para o financiamento dessas obras através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O melhoramento e reabilitação de vias intramunicipais constam do Módulo de Infra-Estrutura como um Subprograma de Melhoramento dos Serviços Básicos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA), que será detalhado na seção 2.2, em seguida.

As tradicionais ferrovias, construídas para escoamento do açúcar, traçadas em geral no sentido leste-oeste, ou seja, usinas-porto do Recife, foram acrescidas de ramais norte-sul. O setor vem passando pelo processo de privatização, porém ainda não apresenta resultados de melhorias visíveis e seu estado físico geral é de abandono. Um município da Mata Norte, o de Carpina, privatizou um ramal ferroviário, visando a incorporá-lo a um roteiro turístico. Existe também, neste sentido, um projeto oficial de recuperação de um trecho ferroviário leste-oeste, como parte integrante da Ferrovia Transnordestina.

Quanto às linhas de comunicações, a oferta nos municípios da área objeto de estudo ainda se apresenta de forma precária, embora todos sejam servidos por energia elétrica. Em algumas das propriedades que exploram o turismo rural, o acesso à telefonia móvel, à celular e à Internet é apresentado como um diferencial ao turista.

2.1 O turismo rural e o patrimônio cultural como rugosidade

Mesmo diante do contexto socioespacial anteriormente apresentado, muitas pessoas têm hoje uma visão idealizada do mundo rural, que seria uma paisagem bucólica, com vida calma e sem atropelos, onde o tempo *parece* passar mais devagar.

Talvez ainda se tenha essa visão porque o Brasil de hoje é essencialmente urbano, as estatísticas oficiais o dizem, e a nossa concepção de mundo rural nos é passada pelo cinema, novelas de televisão, cantores

sertanejos que retratam, muitas vezes, este mundo de maneira estereotipada e espetacularizada. Para Harvey (1998, p. 65) esta visão seria o que ele chama de *simulacro*, ou seja, uma simulação fantasiosa da realidade.

O Brasil rural e o urbano se misturam e hoje cada vez mais, pois a maioria da população residente na cidade tem suas raízes no campo e mantém muitas tradições rurais. A exemplo de muitos países, principalmente os europeus, que utilizam as áreas rurais para atividades ligadas ao lazer, criamos uma versão brasileira do turismo rural.

No entanto este, como vem sendo desenvolvido na Zona da Mata Norte Pernambucana, não se compara ao turismo europeu, uma vez que há fortes diferenças quanto às intencionalidades do uso dos atrativos ambientais e histórico-culturais. Na sua raiz, o turismo europeu, assim como o norte-americano, surge de uma necessidade interna de lazer, num momento histórico diferente do atual surto que vem inserindo o Brasil e particularmente a região Nordeste no contexto da globalização do turismo e, por extensão, do turismo rural.

Antes de entrar na discussão conceitual sobre o turismo rural e as rugosidades como elementos do patrimônio cultural, convém lembrar que, no Brasil, se por um lado pode-se considerar que o turismo rural nasceu de uma alternativa de uma região economicamente deprimida, por outro há muitos outros fatores que vêm impulsionando o crescimento do turismo em seu território, muitas vezes de maior importância, como será abordado mais adiante.

A expressão turismo rural, num sentido geral, vem sendo utilizada para designar a visitação turística em espaço onde predominem atividades

ligadas ao setor primário da cadeia produtiva, à agricultura, à criação ou ao extrativismo, ou que tenha relação, conforme Campanhola e Silva (2002, p. 2-3) com o *“ambiente natural e cultural do meio rural, relacionando-se diretamente com a comunidade e contando com sua participação”*.

A imprecisão conceitual dos termos ligados ao turismo rural está vinculada, segundo Rodrigues (2000), à dialética sobre o uso na literatura nacional de termos usados na literatura estrangeira. O turismo rural é desenvolvido segundo características peculiares ao meio, apresentando inúmeras diferenciações entre as diversas regiões de um mesmo país. Decorre daí a falta de afinidade de critérios quanto à construção aplicada de conceitos.

Para Ruschmann (2001, p. 63) turismo rural

na sua forma mais ‘original e pura’, deve estar constituído em estruturas eminentemente rurais, de pequena escala, ao ar livre, proporcionando ao visitante o contato com a natureza, com a herança cultural das comunidades do campo e as chamadas sociedades e práticas tradicionais.

Alguns autores propõem a utilização do termo turismo em espaço rural (TER) ao referir-se a todos os movimento turísticos que nele se desenvolvem e reservar o termo turismo rural para atividades que se identifiquem com as atividades pertinentes ao meio rural, como o plantar, o colher, o criar, a coleta, a vivência do cotidiano, o envolvimento com a comunidade local, etc. No primeiro caso estariam enquadradas atividades como o ecoturismo, o turismo de aventura, ou desportivo, o spa rural, a

utilização de equipamentos para confraternizações, os haras, os pesque-pagues, etc..

Argumentam ainda, Campanhola e Silva (2002), que empresas rurais que exploram *spas*, centros de convenção, colônias de férias, hotéis-fazenda, condomínios fechados, hipódromos, entre outros, que se instalam em áreas rurais apropriando-se apenas do meio físico, e atuam de modo totalmente vinculado às pessoas e à cultura urbana, desprezando qualquer interação com a comunidade rural adjacente, não se enquadrariam como uma prática de turismo rural.

No caso específico da Zona da Mata Norte Pernambucana, o turismo rural enquadra-se num conceito múltiplo, uma vez que o principal atrativo oferecido pelas empresas que o exploram é o resgate histórico cultural, os engenhos e periféricos, e não o plantar e colher cana-de-açúcar. Isto não invalida a possibilidade dos engenhos diversificarem sua oferta, possibilitando práticas como a ordenha, a coleta, trilhas ecológicas, cavalgadas, entre outras.

Uma maior complexidade diz respeito, não apenas, à utilização como sinônimos de expressões como turismo em espaço rural e turismo nas áreas rurais, como se isso alterasse o seu significado para o turismo e para a sociedade, encontram-se entre vários autores a discussão do que verdadeiramente hoje deve-se entender por espaço rural e suas delimitações.

O atual processo de urbanização vem dilatando o limite das cidades, estendendo até o meio rural suas funções e infra-estruturas. Essa difusão vem influenciando as comunidades do habitat rural, dando a elas uma certa aura de modernização. Na Zona da Mata Norte Pernambucana, isso já é perceptível, porém não atinge a todos de forma generalizada, uma vez que o

acesso a essas ditas modernização pressupõe poder aquisitivo, o que para a maioria dos habitantes está longe de ser uma realidade.

Aquela concepção de espaço rural, como local onde os moradores só se ocupam com atividades primárias, agrícolas ou de criação de animais, da pesca, etc. não mais corresponde à realidade, visto que o modelo urbano e as facilidades de acesso e comunicação têm penetrado nos mais distantes pontos do território brasileiro. Está, cada vez mais em desuso a idéia de que no campo somente eram exercidas atividades do setor primário da economia e na cidade, as atividades do setor secundário e terciário. Atualmente, é cada vez mais comum do que se possa imaginar, encontrar, em áreas rurais, a prática do setor secundário como a agroindústria, e do setor terciário, os serviços, como é o caso da expansão do turismo.

O conceito de espaço rural, no Brasil como um todo, precisa, portanto, ser redimensionado. Na área pesquisada, os antigos engenhos, enquanto objetos espaciais a serem refuncionalizados no contexto histórico contemporâneo, ocupam uma posição clara na sua revitalização com vistas a um processo de turistificação. No entanto eles continuam sendo considerados como objetos rurais da Zona da Mata Norte pernambucana. Isto porque um acentuado número de habitantes ali residentes exercem suas atividades principais na área rural. No entanto também há o caso de trabalhadores rurais que exercem uma segunda atividade ocupacional, não obrigatoriamente agrícola, na própria área rural ou nesses municípios.

Deve-se ressaltar que a tentativa de sistematizar e classificar o segmento do turismo em áreas rurais é complexo, devido à possibilidade de superposições de atividades. Por mais que os autores tentem criar uma

metodologia, os parâmetros adotados a partir de critérios internos ou externos, não nos dá segurança no tocante a classificação do turismo que vem sendo praticado na área da pesquisa.

A diversificação e flexibilização do capital e da produção, para públicos diferenciados, acrescentando novas funções ao meio rural é tema sobre o qual estudiosos do assunto (geógrafos, sociólogos, etnólogos, historiadores) vêm se debruçando para estudar: as novas ruralidades¹⁰. Aí encontra-se um agricultor pluriativo¹¹, em que além das lidas com a terra, está agora investido da responsabilidade de atender aos visitantes e aos hóspedes, isto é, envolvido em atividades não agrícolas. Para Froehlic (2002, p. 26), as diferentes manifestações sobre o *rural* são, portanto, um produto de diferentes contextos temporais e espaciais.

A demanda de um produto turístico se compõe de todas as pessoas que, individualmente ou em grupo, saem de seus domicílios com o objetivo de atender a uma necessidade, seja ela lazer, negócios, pesquisas, etc., por um período superior a 24 horas, pernoitando em estabelecimentos com infra-estrutura apropriada. A visitação aos engenhos vem se dando também na modalidade excursionista, denominada de *day use*, em que se exclui a hospedagem com pernoite, ficando restrito o aproveitamento dos atrativos por até 24 horas.

¹⁰ Segundo Abramovay (2003), a ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial; não podendo ser encarada como etapa do desenvolvimento social a ser vivenciada pelo avanço do progresso e da urbanização. A agricultura, a indústria, o comércio são setores econômicos: a ruralidade é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas.

¹¹ Pluriatividade consiste no “esforço de diversificação dos pequenos produtores rurais para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem (...) como uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo mundo rural que está sendo construído a partir de uma valorização e bens não tangíveis antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário” (SILVA et al., 2002, p. 13)

Para o atendimento das necessidades que o turismo requer, faz-se necessário articular um conjunto muito amplo de produtores de serviços, bens, recursos e infra-estruturas. Eis aí que reside o argumento da geração de empregos pela atividade turística, embora os gestores públicos se esqueçam das necessidades de promover políticas de qualificação que sejam efetivamente eficazes no que tange à conscientização da inclusão social, uma das condições *sine qua non* ao desenvolvimento socioespacial.

Tudo o que concerne ao turismo doméstico, como cadastro de empresas prestadoras de serviços turísticos, de guias e de bacharéis; políticas públicas; fomento; regulamentação; normatização; promoção interna, etc. é de responsabilidade do Ministério do Turismo.

Da parte do Estado, várias foram as instituições criadas para a execução de ações para o turismo. O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) foi criado, em 1966, como Empresa Brasileira de Turismo. Sua criação representou um marco na história da administração pública no Brasil, sendo a primeira empresa pública do país; deu-se a partir do momento em que a Divisão de Turismo e Certames, então pertencente ao Ministério da Indústria e Comércio, percebeu que já não podia mais atender às necessidades e à expansão da atividade turística.

A EMBRATUR, com a criação do Ministério do Turismo, em janeiro de 2003, passou a cuidar exclusivamente da promoção e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior. Em março de 1991, adotou a denominação atual de Instituto.

A Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR), em parceria com a EMBRATUR, construiu um conceito que se tornou oficial, como sendo o Turismo Rural

um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (EMBRATUR/ABRATURR, 1994).

Segundo opiniões de técnicos que vêm trabalhando no setor, este conceito contempla a forma como a atividade vem instalando-se na Zona da Mata Norte Pernambucana, uma vez que sua implantação não pretende substituir a atividade predominante e sim servir de complementação, agregando valor e ressaltando o patrimônio cultural ali existente, que se dará através do resgate de parte de nossa história colonial. Nesse sentido para os teóricos do turismo, a atividade apresenta as características e objetivos de um turismo rural cultural.

Numa perspectiva mercadológica costuma-se enquadrar o turismo como uma atividade econômica. Hoje existe uma conscientização crescente de que além da visão economicista, o turismo corresponde a um conjunto de atividades socioculturais e do meio ambiente. São os que defendem o turismo como ferramenta de inclusão social e de preservação ambiental. Esses fatores vêm recebendo atenção daqueles que discutem a atividade bem como daqueles que elaboram as políticas e estratégias para o setor. Nesta perspectiva, tentou-se vislumbrar se a promoção da comunidade envolvida materializa-se através de estratégias de um desenvolvimento socioespacial.

Adotando a metodologia utilizada em monografia patrocinada pelo Instituto de Planejamento de Pernambuco (CONDEPE), em 2000, enquanto órgão de análise, reflexão e proposição sobre o desenvolvimento do Estado, para hierarquizar todos os componentes envolvidos na atividade turística, tem-se o seguinte:

- Serviço líder – representado pelos meios de hospedagem, sendo deste serviço a responsabilidade na dinâmica do conjunto das atividades turísticas;
- Infra-estrutura de apoio - formação, qualificação e capacitação profissional: financiamento da atividade produtiva;
- Serviços de apoio de grande complexidade – é toda infra-estrutura que se compõe dos elementos, tanto públicos como privados, fundamentais ao desenvolvimento da atividade, como elemento facilitador do acesso ao produto oferecido. São as vias e meios de transportes, nas ligações internas e externas da região e sub-regiões; agências e operadoras de viagem que prestam serviço direto ao turista; serviço de alimentação; serviço de recepção; informações e apoio ao turista; serviço de promoção e marketing;
- Serviços complementares, é o comércio em geral e a comercialização de produtos artesanais e serviços de entretenimento (passeios, shows, feiras, mostras, festas, etc).

Entende-se ainda por oferta turística esse conjunto diversificado de bens, serviços, recursos (seriam os atrativos, elementos básicos da

motivação da visita) e de infra-estrutura disponíveis para serem utilizados pelo turista.

No entanto o turismo rural, para acontecer, precisa organizar o espaço na sua complexidade mediante o qual as suas potencialidades concretizar-se-ão; daí a necessidade de (re)valorizar também o seu patrimônio cultural. Este patrimônio é representado por diversas rugosidades, dentre as quais se destacam os engenhos.

O engenho foi a unidade ou célula básica definidora desse sistema, *plantation*. Não é apenas uma unidade produtora. Ele representa uma organização social rural (MELO, 1975, p. 31)

Inicialmente a palavra *engenho* designava apenas as instalações nas quais se fabricava o açúcar, em especial a moenda de cana. Posteriormente passou a compreender toda a propriedade, abrangendo as terras, as construções (casa-grande, senzala, estrebarias, oficinas) e instalações (moenda, caldeiras, casa de purgar, etc). O engenho, quase auto-suficiente, formava um mundo à parte, fundamentado em três pilares: a grande propriedade (FOTO 6), a monocultura canavieira e o braço escravo.

Os engenhos diferenciavam-se pelo tipo de força utilizada para movimentar as moendas. Assim houve o engenho real, movido por uma roda d'água (era o maior de todos), o engenho trapiche ou almanjarras, movido pela força muscular humana ou de animais (bois, mulas ou cavalos), o engenho central, como era chamada a fábrica de açúcar, utilizando máquinas mais modernas que os tipos anteriores, movidos a vapor (usava mão-de-obra livre) e

o engenho Fogo Morto, como se chamavam aqueles que paravam suas atividades.

Os engenhos (no sentido amplo) necessitavam, para completar o processo de fabricação do açúcar, de caldeiras, tachos, bacias, formas e outros objetos, todos de cobre. Possuíam senzalas, moradia para o capelão, feitores, mestres, caixeiros, capela, casa grande para a família do dono, oficinas, casa de purgar, alambique, etc.

A arquitetura rural brasileira abrange a paisagem rural e todas as construções nela inseridas, como a sede das fazendas, os engenhos, instalações e equipamentos de produção, elementos do patrimônio cultural como as senzalas e antigas capelas rurais, as casas dos trabalhadores, etc. (FERRÃO, 2003, p. 46).



Foto 6 – Vista aérea do conjunto de edificações do Engenho Jundiá

Conjunto formado pela tríade: moita (em primeiro plano), casa grande (à direita, em segundo plano) e capela (da qual se observa apenas a torre, por trás da casa grande).

À esquerda da foto, observam-se casas destinadas a trabalhadores no Engenho

FONTE: Foto do Atlas Turístico de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2002)

A tradicional arquitetura rural pernambucana é vista como esse

conjunto de edificações próprias à produção açucareira e à habitação, integradas por caminhos de terra. Se forem considerados suas interfaces e o interesse turístico que representam, tornou-se um nicho de negócio.

Para Santos (1997, p. 124) *em cada lugar o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas*. Os engenhos e sua estrutura periférica constituem-se na materialização de restos do passado e que permite rever arranjos herdados de um momento produtivo, na atualidade refuncionalizados pelo turismo. São as *rugosidades* que, segundo Santos, revelam circunstâncias anteriores de combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados e que hoje, passam a constituir um conjunto de objetos que formam um capital simbólico necessário ao processo contemporâneo da acumulação do capital (FOTO 7).



Foto 7 – Rugosidades representadas por móveis e objetos de decoração e de uso pessoal do Engenho Jundiá

FONTE: Foto do Atlas Turístico de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2002)

Segundo Harvey (1998, p. 304), o capital simbólico pode referir-se a uma flexibilidade pós-modernista, a qual é dominada pela ficção, pela

fantasia, pelo imaterial, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo. Trata-se de símbolos que continuam, como se disse anteriormente, contribuindo mais para a garantia da acumulação capitalista do que para a promoção de inclusão social, em vista da concretização de um desenvolvimento socioespacial.

Quem são e como agem os agentes sociais do turismo na Zona da Mata Norte Pernambucana será abordado na seção que se segue.

2.2 Os agentes e as ações sociais da turistificação de áreas rurais na Zona da Mata Norte Pernambucana

No processo de produção do espaço geográfico destacam-se vários agentes sociais: o estado, os empresários, as populações e suas mais diversas organizações sociais.

São esses agentes que promovem a turistificação do espaço rural mediante suas várias ações. A turistificação de áreas refere-se a um processo em que o espaço é transformado para fins e usos voltados para a realização das atividades ligadas ao turismo (CASTILHO, 2002; CASES; POTIER, 1996).

Tendo em vista a análise dos vários aspectos do conjunto de atividades que constituem o turismo rural na Zona da Mata Norte pernambucana neste capítulo, também, procurar-se-á focar como ocorrem as relações vinculadas à difusão da atividade.

Segundo uma visão sistêmica do turismo, podem-se identificar nas diferentes escalas, federal, estadual e municipal, diversas esferas administrativas que atuam (ou deveriam atuar) no setor.

O Ministério do Turismo¹², através de sua Secretaria de Políticas de Turismo, traçou em 1998 as Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, documento inserido no Plano Nacional de Turismo para o período 2003-2007, em anexo. O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) encarregou-se de elaborar o Manual Operacional de Turismo Rural.

As políticas regionais do turismo no Nordeste, desconsiderando as especificidades das localidades por elas atingidas, têm contemplado um modelo internacionalizado de urbanização turística do litoral. Segundo Cruz (2002, p. 216), esses territórios assim turistificados constituem *ilhas de lazer e contemplação* que, se por um lado atendem às expectativas do turista, por outro pouco contribuem para melhorar a qualidade de vida das populações dos respectivos núcleos receptores.

Excetuando a responsabilidade do poder público, a atividade turística não deve constituir-se em instrumento de segregação socioespacial no que tange a acentuação das disparidades sociais tão evidentes na região Nordeste.

O antigo Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, com o apoio da Organização Mundial do Turismo - OMT, instituiu, em março de 1994,

¹² A partir de 02/04/2003, pelo Decreto nº 4.661, a atividade turística foi contemplada com um ministério próprio, o Ministério do Turismo, que tem como prioridade o ordenamento dos principais segmentos turísticos do país, a fim de organizar, diversificar e gerenciar a estruturação e a integração da oferta turística.

O PRODETUR, em sua segunda versão, vem investindo no Nordeste na criação ou ampliação de obras de infra-estrutura (portos, aeroportos, etc) em pólos turísticos litorâneos, como também nas áreas adjacentes às capitais

o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Atualmente, apesar da metodologia ZOOP¹³ de sensibilização ter sido seguida por um grande número de municípios, o planejamento para o desenvolvimento turístico passou a ter uma perspectiva regional ao invés de municipal, embora essas ações de planejamento tivessem motivado, qualificado e dotado os municípios de capacidade técnica para um gerenciamento da atividade turística.

Numa região de fortes contrastes socioeconômicos construídos historicamente, essa política nacional de municipalização do turismo, que poderia vir a constituir-se em fator de desenvolvimento, mesmo que, em longo prazo, no Nordeste e particularmente em Pernambuco, não apresentou possibilidade mínima de sucesso, uma vez que quem vem decidindo os rumos da atividade é o Governo Estadual (conforme se expõe mais adiante por meio do Programa Estadual PROMATA) com pouca ou nenhuma participação dos municípios, concentrando esforços e recursos materializados por meio de políticas e ações que beneficiam os megaprojetos amparados financeiramente pelo PRODETUR. Essas são as barreiras que os municípios, principalmente aqueles enfraquecidos da Zona da Mata Norte pernambucana, enfrentam para interiorizar o turismo.

¹³ A Metodologia ZOOP - *Ziel Orientierte Projekt Planung* - Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos – foi desenvolvida pelo Governo Alemão, por intermédio da Agência GTZ Gesellschaft Fur Technische Zusammenarbeit (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), que detém os direitos de multiplicação desse método no Brasil, que somente poderá ser utilizado com autorização expressa daquela Agência. Está constituída de etapas lógicas e sucessivas de análise e planejamento de projetos, para introduzir, de forma sistemática, instrumentos de aperfeiçoamento do processo participativo nos trabalhos de grupo, facilitando a identificação de objetivos, resultados e atividades a serem desenvolvidas. Primeiro, a metodologia requer a definição do problema central. Então, a partir da enumeração de suas conseqüências, segue-se a análise das causas e dos efeitos, que oferece diversos cenários de intervenção. As possíveis intervenções são escalonadas em ordem de prioridade, considerando também a probabilidade de sucesso, conforme as necessidades e as fontes de recursos. Os indicadores são pactuados, porque são os meios de verificação, e as responsabilidades são definidas. Os participantes são convidados a discutir suas responsabilidades e papéis, de forma a colocarem em prática aquilo que foi planejado. Ao longo do desenvolvimento da Oficina, são utilizados vários exercícios sociais e diversas dinâmicas de grupo, permitindo que os participantes criem identidade e sintam-se pertencentes ao grupo (ÁLVARES, 2005).

Atualmente, no Brasil, o turismo rural está sendo discutido e analisado nos Fóruns Estaduais de Turismo, que devem resolver as questões que competem à instância de cada estado. Aquelas ações que extrapolam e que dependem da interferência do Ministério do Turismo, são encaminhadas para apreciação do Conselho Nacional de Turismo. O Conselho é organizado por Câmaras Temáticas, entre elas a Câmara Temática de Segmentação. Essa Câmara é formada por sub-câmaras, sendo uma especificamente para tratar do Turismo Rural.

A Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR) é uma entidade de duração ilimitada e instituída como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em São Paulo-SP, tem como objetivos: desenvolver o turismo rural no Brasil; desenvolver o ecoturismo e lutar pela preservação da Ecologia como fonte de vida; divulgar o turismo rural junto às operadoras e agências de turismo, órgãos de classe, sindicatos e imprensa em geral; promover intercâmbio junto às entidades internacionais congêneres e operadoras estrangeiras; defender a preservação da memória rural do Brasil, pela organização de museus regionais e estaduais, com finalidades também turísticas, bem como defender e desenvolver o turismo ecológico nos parques nacionais e estaduais.

Toda ação no sentido de impulsionar o turismo rural será bem-vinda e importante para os atores envolvidos no segmento. No entanto para que o turismo rural seja uma força reconhecida, livre e organizada, faz-se necessária a diretriz oficial, clara e objetiva, além da flexibilidade do papel do Estado deixando de investir diretamente na área, mas mantendo uma função indireta. Quando se puderem harmonizar coletivamente vocações e

empreendedorismo no papel fundamental do exercício da motivação, guardadas as diretrizes de uma política oficial, aliada à participação da sociedade, acredita-se que será esse o caminho mais seguro, solidário e socialmente justo.

Daí porque se destacam, nesta seção, este papel do Estado, não considerado como um agente direto e, sim, indireto, de quem emanam as normas e diretrizes da política para o turismo rural.

Agente nº 1– Governo de estado de Pernambuco

No âmbito do Governo Estadual, um agente importante do turismo na área - o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) - traçou estratégias para o desenvolvimento do turismo nos municípios que compõem a Zona da Mata Norte. Para sua implementação foi selecionado um território piloto, destacado no mapa abaixo, integrado pelos municípios de Aliança, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência, recorte espacial da presente pesquisa (FIGURA 1), pela representatividade apresentada na totalidade da região estudada, através de um conjunto de ações integradas nas áreas de saúde, educação e infraestrutura, diversificação econômica e meio ambiente.

Dentro desse contexto, buscou-se a inserção do turismo no Programa, em consonância com as Diretrizes Macroestratégicas para o Desenvolvimento do Turismo em Pernambuco. Baseado nos preceitos da sustentabilidade, o PROMATA se propõe fazer uma verdadeira transformação

nos históricos indicadores de pobreza e desigualdades sociais, que há séculos marcam a região, garantindo mais qualidade de vida para mais de um milhão e duzentos mil habitantes.

Para execução do Programa, os municípios da Zona da Mata Norte foram agrupados em nove territórios de desenvolvimento e cada território formado por quatro ou cinco municípios, conforme se pode observar no Quadro 1 (p. 36).

O prazo de execução do Programa é de cinco anos, a contar de 2002.

O PROMATA tem como objetivos específicos, no âmbito municipal: fortalecer a capacidade de gestão governamental, promover a participação da sociedade civil no processo de planejamento municipal e melhorar a oferta e qualidade dos serviços básicos. No âmbito regional, incentivar a diversificação econômica e o manejo sustentável dos recursos naturais da região.

Seu foco principal, contudo, é a diversificação econômica, com atenção especial às áreas, onde a produção da cana-de-açúcar não pode ser mecanizada. Nas áreas onde é possível a mecanização, as ações priorizam outros focos, por exemplo, melhoria das estradas no que se refere à sinalização e pavimentação, educação ambiental e saneamento.

O Programa incentiva a criação de organizações sociais, como cooperativas e associações comunitárias. Essas associações elaboram seus Planos de Negócios e, a partir da sua avaliação, são assessoradas pelo programa para captação de recursos externos.

As ações que podem ser financiadas pelo Programa estão abaixo discriminadas:

- Fortalecimento da Gestão Municipal e Desenvolvimento das Organizações Comunitárias – que pretende modernizar e informatizar as prefeituras e apoiar a melhoria gerencial das entidades e associações comunitárias da região;
- Infra-estrutura – para a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em distritos rurais com população entre 200 e 10 mil habitantes. Poderão ainda ser financiadas obras de melhoria de estradas vicinais e a implantação de pequenos sistemas de limpeza para localidades rurais de até três mil habitantes;
- Educação e Saúde – apoio aos municípios na organização dos seus sistemas de saúde, com ênfase na redução e controle de doenças endêmicas, incluindo capacitação e aquisição de equipamentos para reforçar ações de saúde da criança, do adolescente e da mulher;
- Diversificação Econômica – investimentos na pesquisa e na difusão de tecnologia agropecuária e promoção de uma rede de apoio para facilitar o acesso de pequenos produtores a linhas de crédito a agronegócios, agroindústrias, turismo rural e outras;
- Gestão Ambiental – para recuperação de áreas críticas do ponto de vista ambiental e reforço à proteção de reservas e mananciais de água. Implantação de dois Postos Avançados da CPRH – Companhia Pernambucana de Meio Ambiente, um na Mata Sul e outro na Mata Norte.

Implantação de sistemas integrados de resíduos sólidos (incluindo aterros sanitários, usinas de compostagem e outros) para grupos de município.

A implementação e execução do Programa estão a cargo do Governo Estadual através da Secretaria de Planejamento. A gestão executiva é feita pela Unidade Gestora (UGP – PROMATA) e as definições das ações prioritárias são feitas pelas próprias comunidades atendidas, através dos Planos de Investimento Municipal (PIM). A deliberação sobre os investimentos, por sua vez, é de competência do CODIPRO (Conselho Diretor do Programa) formado por quatro secretários de estado, quatro prefeitos, quatro cidadãos da Mata Sul e da Mata Norte. Em todos os municípios da região, o Programa conta com os Núcleos de Supervisão Local (NSL) para efetuar o atendimento ao cidadão, bem como o acompanhamento das ações executadas.

Todos os 43 municípios da Zona da Mata são atendidos pelo Programa. Ele está aberto à participação de toda sociedade civil, cidadãos comuns, associações, sindicatos, entidades públicas e privadas e organizações não-governamentais. O Programa se baseia na linha de ação participativa do Programa “Governo nos Municípios”, através do qual o governo estadual tem realizado o maior orçamento participativo em nível estadual no país, como ele diz.

Para viabilizar o Programa, o Governo do Estado contratou empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 05/06/2002, na sede do Banco, em Washington. O Programa conta com um total de US\$ 150 milhões em recursos, sendo 60% contraídos junto ao BID e o restante de recursos próprios do governo do estado de Pernambuco.

O Programa tem promovido cursos de empreendedorismo para pequenas iniciativas e pessoas interessadas. Os cursos têm sido realizados nos municípios do território-piloto da Zona da Mata Norte: Aliança, Tracunhaém, Buenos Aires, Nazaré da Mata e Vicência. Mais de dois mil empresários e empreendedores autônomos foram cadastrados pelo Programa nesses municípios. Em trabalho realizado em parceria com o SEBRAE, levantou-se o perfil dos empresários, tipo de produtos comercializados, número de funcionários, dificuldades administrativas, tempo de atividade no ramo, entre outras informações.

Nos trabalhos de planejamento, estavam previstas a realização do inventário do potencial turístico dos municípios e respectivas zonas rurais que ainda não o possuíam e atualização daqueles que já o possuíam; hierarquização dos atrativos e identificação de possíveis roteiros; requalificação de sítios históricos e de conjuntos arquitetônicos, restaurações, implantação de sinalização turística, elaboração de material de divulgação de roteiros, entre outros.

Dentre as ações já realizadas pelo Programa, no tocante ao turismo rural, acha-se a estruturação de uma rota turística no Território de Desenvolvimento Piloto, denominada Rota dos Engenhos e Maracatus¹⁴ que só foi possível com realização de oficinas de planejamento da rota e respectivos roteiros (FIGURA 7).

¹⁴ Manifestação folclórica da cultura afro-brasileira. Foi iniciado pelos negros escravizados, ligados diretamente a coroação dos reis do Congo. Hoje apresentam-se não só no cortejo carnavalesco, mas também ao longo do ano, quando solicitados, dançando ao som de instrumentos de percussão. Nazaré da Mata, a 80 Km do Recife, é considerada a Cidade dos Maracatus. Hoje, trata-se de uma mistura de música, poesia, religião e brincadeira, e sobretudo muita cor e animação, onde idade não é problema. Entre jovens e idosos o que há em comum é a mesma empolgação e o orgulho de sua gola, diferente para cada um.



Figura 7 – Diagrama da Rota dos Engenhos e Maracatus, enfatizados os principais engenhos
FONTE: Adaptado de Folder promocional da Rota dos Engenhos e Maracatus, pela autora.

Essas oficinas foram realizadas nos cinco municípios citados e tiveram a participação do Grupo Gestor de Turismo, técnicos municipais, professores, alunos do ensino médio e universitário dos municípios e representantes dos diversos segmentos da sociedade civil. Para a consolidação o roteiro, previamente, passou por avaliação dos agentes de turismo receptivo e guias para definição final e execução das ações de estruturação:

- Coube a Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR) a contratação de serviços para a impressão de material de divulgação da Rota;
- A AD/DIPER¹⁵ – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, ligada a Secretaria de Desenvolvimento do Turismo e Esporte do Governo do Estado, encarregou-se da elaboração, confecção e implantação do Projeto de Sinalização Turística e Informativa;
- Elaboração do modelo de gestão do Mercado Regional de Arte;
- Apoio ao restauro do conjunto arquitetônico do engenho Poço Comprido, localizado em Vicência. Sua construção tem uma peculiaridade; a casa-grande e a capela formam um só corpo, além de sua casa-grande ser o único exemplar remanescente do Século XVIII no Estado;

¹⁵ A essa Agência de Desenvolvimento compete a articulação com o empresariado e iniciativas pioneiras como a criação de 1º fundo de capital de risco do Nordeste e a participação num fundo de aval que amplia a capacidade das empresas locais de acessar créditos. Atua também na estruturação de cadeias produtivas e promoção das potencialidades pernambucanas

- Efetivação de Termo de Parceria com o Consórcio Engenhos do Norte (antes uma iniciativa independente).

A gestão turística do engenho Poço Comprido foi coordenada pela FUNDARPE, contando com parceiros como o IPHAN, Prefeitura de Vicência através da AFAV - Associação dos Filhos e Amigos de Vicência, Engenho Laranjeiras, VIVENCIAR – Centro de Vivências Ambientais, o próprio PROMATA, entre outros¹⁶ (FOTO 8).



Foto 8 – Arquitetura rural do Engenho Poço Comprido
FONTE: Foto da Autora

Essa idéia de se criarem rotas turísticas constitui uma prática e se vincula ao contexto histórico-cultural contemporâneo que, fundamentando-se em ações mais flexíveis, evitam a organização de modelos mais rígidos de espaços turísticos (FOTO 9), os quais iriam requerer maiores custos e investimentos, tanto para o empresariado local, quanto para o Estado.

¹⁶ – Informações obtidas através entrevista concedida em 15/09/04, na sede do CONDEPE, Rua Gervásio Pires, 399, pela sra Lúcia Barbosa – Supervisora de apoio à Microempresa – UGP-PROMATA, que gentilmente nos disponibilizou documentos oficiais e mapa



Foto 9 – Forma, volume e cores da arquitetura rural do Engenho Pedregulho
FONTE: Foto da Autora

Agente 2 – Empresa Pernambucana de Turismo - EMPETUR

A Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), órgão ligado ao Governo Estadual, através da Gerência de Desenvolvimento Turístico, vem procurando apoiar todas as ações referentes ao turismo rural na Zona da Mata Norte, podendo destacar realizações como as oficinas de sensibilização; visitas técnicas para pré-diagnóstico; apoio financeiro para elaboração de folhetos promocionais, eventos, realização de *famtur*¹⁷ com operadores e jornalistas; disponibilização de espaço em estante do órgão nos eventos nacionais e internacionais para divulgação de material promocional do turismo rural; realizações de eventos buscando o resgate da cultura da localidade, como por

¹⁷ FAMTUR – constitui-se de uma viagem e familiarização/ socialização, na qual os convidados têm hospedagem, transporte e alimentação em caráter de cortesia. O objetivo dos cedentes é mostrar o seu produto/serviço a fim de que os convidados os revendam posteriormente, quando do retorno da viagem.

exemplo no carnaval, o maracatu rural em Nazaré da Mata e de caboclinhos em Goiana.

Com efeito, nos dias de hoje, não somente o espaço, ms também a cultura que ele contém, constituem elementos fundamentais do processo de turistificação de espaços rurais e urbanos, na busca de uma originalidade que insira o lugar em questão no mercado global de maneira a diversificar o produto turístico. Não é à toa, portanto, que as culturas locais têm sido valorizadas recentemente.

Para Márcia Borborema, representante da EMPETUR, que forneceu entrevista para a presente pesquisa em 17/11/2004, as principais dificuldades encontradas para um fomento mais efetivo do órgão dizem respeito aos recursos humanos e financeiros que são escassos; a descontinuidade dos programas nas esferas federal, estadual e municipal, no período de transição entre governos eleitos; a duplicidade de ações, quando vários órgãos trabalham o mesmo produto com estratégias diferentes, sem articulação entre eles; uma ineficiência na aplicação das políticas públicas para a área rural. Para superar as dificuldades, o órgão vem investindo na realização de encontros e oficinas, buscando criar uma rede de cooperação comum. Os gestores vêm apoiando essas ações, disponibilizando corpo técnico na elaboração de projetos e na execução destes.

Finalizando, Márcia enfatizou que conta com a participação, em maior ou menor escala, de representantes de instituições estaduais e municipais, alguns empresários, instituições privadas (SEBRAE, SENAC, SENAR, SESC, etc.), além de representantes de associações locais e ONG's.

Agente 3 – Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico - APETURR

Outro agente social importante do segmento do turismo rural em Pernambuco é a APETURR, órgão associativo, nascido espontaneamente da necessidade dos empreendedores ligados ao setor. Foi fundada em maio de 2002, e congrega os proprietários e empreendedores de equipamentos turísticos rurais no Estado. Tem como principal objetivo representar a classe diante da sociedade, órgãos públicos e *trade* turístico. A Associação mantém parcerias com a AD/DIPER, EMPETUR e SEBRAE. Apesar de ter sido criada recentemente, a Associação já promoveu dois Seminários Pernambucanos de Turismo Rural, em 2003 e 2004, contando com a presença de importantes pesquisadores e teóricos do tema.

Os empreendimentos dos associados da Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico (APETURR) oferecem em seus meios de divulgação:

- Espaço para encontros de empresários, confraternizações, festas típicas, etc.;
- Como opções de lazer: passeios a cavalo e charrete, banhos de cachoeira;
- Prática de esportes como o *rappel*, caiaque, pescarias e trilhas ecológicas;
- Culinária regional com produtos orgânicos;
- Comercialização de artesanato;
- Para a saúde: massagens terapêuticas, águas medicinais,
- Paz e tranquilidade.

Vale ressaltar que nem todos os proprietários de engenhos ou outro tipo de propriedade rural associou-se a APETURR, existem resistências a isso, porém, dos que hoje são cerca de 18 associados, oito situam-se na Zona da Mata Norte pernambucana.

Em entrevista concedida em 25/10/2004, Lúcia Carneiro Leão, presidente da APETURR, já em sua segunda gestão, afirma que uma das dificuldades enfrentadas pela entidade é o fato de haver certo individualismo por parte de alguns empresários, que insistem em vender o *seu produto*. Baseada em casos que tiveram bons êxitos em outras regiões brasileiras, e após ter participado de cursos de gestão empreendedora e corporativista do turismo, a presidente vem lutando para implantar um modelo associativista para elaboração de roteiros integrados entre as diversas propriedades. Afirmou ainda que vem empenhando-se no sentido de divulgar e vender o turismo rural de Pernambuco e para tanto tem participado de vários eventos, tais como a FEIRATUR, Feira Nacional de Turismo Rural, realizada em São Paulo, de 16 a 19/9/2004 e que reuniu empreendedores, agências e operadoras do segmento. Outro importante evento, de que a presidente participou, foi o Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagem (ABAV), no Rio de Janeiro, de 20 a 22/10/2004. Já faz parte do *marketing* dos equipamentos de turismo rural, *homepages* para divulgação na Internet.

Esta estratégia já começa a apresentar resultados, e em nossas visitas aos engenhos constatamos a presença de famílias européias hospedadas, as quais tomaram conhecimento das iniciativas locais para o turismo rural por meio de *homepages* acerca dos atrativos dos engenhos.

Uma outra meta da APETURR, que está sendo perseguida por Lúcia, é integrar o turismo de praia ao turismo rural. Isso dar-se-á com uma efetiva integração entre as operadoras e agências, que consistirá em resgatar o turista que chega ávido pelo banho de mar, mas que depois de dois ou três dias de exposição ao sol da praia de Porto de Galinhas e após um *city tour* em Recife e Olinda, ele parte para outros estados, como a Bahia ou o Ceará, por exemplo. Esse é o momento de oferecer os atrativos interiores de Pernambuco, que inclui o resgate histórico-cultural.

Outra meta será a de unir as diversas iniciativas das regiões do estado e que também já apresentam projetos de turismo rural, como no Agreste e no Sertão (aonde o enoturismo vem ganhando força, consistindo na visita à plantação, processo de fabricação e degustação do vinho produzido na área de irrigação, próxima a Petrolina).

Tais iniciativas, apesar de se concretizarem em alguns engenhos visitados, anteriormente citados e ilustrados, ainda se acham ao nível de um conjunto de intenções, pode-se dizer até de boas intenções, para a área pesquisada.

Agente 4 – Sistema S – Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa - SEBRAE

Criado em 1990, o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) é uma instituição técnica de apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte, voltada para o fomento e a difusão de programas e projetos. Foi criado por Lei Federal, concebida em harmonia com

as confederações representativas das forças produtivas nacionais, formando uma parceria entre os níveis público e privado e as principais entidades de fomento e pesquisa do país como um todo. O SEBRAE é predominantemente administrado pela iniciativa privada. Constitui-se em serviço social sem fins lucrativos que embora operando em sintonia com o setor público, não se vincula à estrutura pública federal. A cúpula empresarial brasileira e o Estado associaram-se para criá-lo e cooperam na busca de objetivos comuns.

A Unidade de Negócios do Recife situa-se na sede do SEBRAE/Capital, havendo também Escritórios Regionais em Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada, Araripina e Petrolina. Compete à Unidade de Recife atender a região metropolitana e mais a Zona da Mata pernambucana, o que confere uma maior concentração de micro e pequenas empresas do Estado, nessa área, nos segmentos formais e informais, bem como contribuir para o combate aos mais altos níveis de desemprego do país, através de ações de promoção à geração de ocupação e renda, juntamente com parceiros públicos e privados que desenvolvam atividade semelhantes e complementares.

A Unidade do Recife está estruturada por uma Coordenação Regional composta por Centros de Resultados (CRs) e uma área de apoio Executivo. Nessa composição estão priorizados os CRs de móveis, artesanato e cultura, turismo, comércio, derivados de cana-de-açúcar e flores.

Segundo a Sr^a Izabel Francisca da Conceição, Analista do SEBRAE, em entrevista concedida no dia 18/10/2004, no tocante ao turismo rural na Zona da Mata Norte, o SEBRAE vem atuando em conjunto com o PROMATA e os outros parceiros, como as Prefeituras Municipais locais, a EMPETUR, a AD/DIPER, empresas privadas, ONGs e a UFRPE –

Universidade Federal Rural de Pernambuco, oferecendo Cursos de Capacitação nos seguintes temas:

- Associativismo e corporativismo;
- Gestão empresarial (qualidade no atendimento, vendas, *marketing*, qualidade de serviços, etc.);
- Condutores (porém sem a habilitação em “guia turístico”, o que só pode ser feito pelo Senac);
- Gestão de serviços – manipulação de alimentos, etc.

Os cursos básicos são ministrados para grupos de no mínimo 15 participantes, com uma carga horária que varia entre 15 horas e 30 horas. O Sebrae encarrega-se do fornecimento do material didático e apoio, certificados e dos instrutores, contratados para essa finalidade, ao custo zero (para o SEBRAE). Em geral, as Prefeituras e parceiros formam um Comitê Gestor que se encarregam do espaço para o curso, divulgação, transporte e lanche dos participantes, sempre contando com apoio de outros parceiros, pois a taxa cobrada de cada participante (em torno de R\$ 5,00) não atende as despesas. A divulgação é feita utilizando-se o recurso do carro-de-som com alto-falante, como também nos cultos religiosos. Posteriormente, a notícia corre na base da boca-a-boca.

Uma das principais dificuldades desse programa do SEBRAE está em conseguir *quorum* daqueles que realmente deveriam receber treinamento. Os engenhos são distantes, há dificuldades do trabalhador em conseguir a

dispensa de seus afazeres, o transporte muitas das vezes não atende a todos, não há colaboração dos proprietários e seus representantes em facilitar a participação de seus empregados. Uma forma de resolver este impasse seria levar a capacitação até as propriedades, coisa que o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural já está se envolvendo para fazer, complementando a parceria no tocante à capacitação da mão-de-obra rural para o turismo.

Como resultado da ação conjunta dos diversos parceiros, mas com a regência do PROMATA, apontam-se como resultados alcançados:

- A organização dos maracatus em empresas, já contando com um número de 17 grupos diferentes (FOTO 10);
- Além do restauro do engenho Poço Comprido, a organização de uma empresa que tem exclusividade no receptivo desse atrativo histórico-cultural, A AFAV – Associação dos Filhos e Amigos de Vicência;
- A iniciativa de empresários locais em abrirem uma *cachaçaria* artesanal, tipo exportação, onde os visitantes têm oportunidade de conhecer cada etapa da produção e fazer a degustação na própria destilaria, como mais um dos atrativos da Rota dos Engenhos e Maracatus (FOTO 11).



Foto 10– Apresentação de maracatu e caboclo de lança –= figura símbolo
FONTE: Revista Problemas Brasileiros (SÁ, 2003)



Foto 11 – Alambique de cobre de cachaçaria do Engenho Água Doce
FONTE: Folheto promocional da Rota dos Engenhos e Maracatus

Agente 5 – Sistema S - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é uma entidade privada, administrada pela Confederação de Agricultores e Pecuária do Brasil (CNA), tendo administrações regionais vinculadas às respectivas Federações de Agricultura dos Estados. Tem como objetivo, organizar e executar em todo o território nacional a Formação Profissional Rural e Promoção Social do trabalhador rural. O público alvo do SENAR é formado por trabalhadores rurais assalariados, autônomos e produtores rurais em regime de economia familiar. Conforme folder de divulgação da entidade:

... a atuação do SENAR consiste no treinamento prático, centrado na ocupação atual ou futura, isto significa que, na operacionalização de suas ações, o SENAR estimula a aprendizagem de maneira harmônica, mudando a visão do homem sobre si mesmo e sobre o mundo em que ele vive.

O SENAR beneficia 127 municípios de todas as regiões de Pernambuco, dentre eles Vicência, um dos municípios do projeto piloto do PROMATA.

Conforme entrevista concedida pela Sr^a Ana Mary B. Accioli, Coordenadora do SENAR em Pernambuco, em 20/10/2004, ficaram esclarecidas as diferenças entre os dois órgãos que se dedicam à capacitação do trabalhador rural, inclusive para o exercício no turismo rural - o SEBRAE e o SENAR. O primeiro está voltado para a pequena e média empresa, e, seus cursos são ministrados na sede dos municípios. O segundo atende a qualquer tipo de empreendimento rural, filiados à Confederação de Trabalhadores Rurais, sendo que seus cursos de capacitação são ministrados no próprio

estabelecimento rural (não havendo necessidade de deslocamento do trabalhador até a cidade). Somente quando atingido um número mínimo de participantes é que se efetiva o curso. Para atender a demanda, firma-se um compromisso oficial entre as partes envolvidas. O SENAR conta com a colaboração dos seguintes parceiros: sindicatos patronais, além de firmar convênios com o próprio SEBRAE e Prefeituras Municipais. Diferentemente do SEBRAE, que contrata os capacitadores, o SENAR tem quadro próprio de técnicos treinados para ministrarem os cursos.

Dentre os inúmeros cursos estruturados para treinamento, aqueles que estão relacionados ao turismo rural compõem o segmento Atividades Relativas à Prestação de Serviços. No total são oito módulos, cada um com material didático específico, uma cartilha, elaborada no Paraná, mas que sofreu adaptações às especificidades regionais, discriminados no Quadro 3.

Quadro 3 – Características dos módulos do curso de aprendizagem de turismo rural, quanto a carga horária, número de treinandos e idade mínima para ingresso

<i>MÓDULOS</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>	<i>NÚMERO DE TREINANDOS</i>	<i>IDADE MÍNIMA PARA INGRESSO</i>
Turismo Rural I	40	15	16
Administração de propriedades	40	15	16
Educação Ambiental	40	15	16
Artesanato – recurso turístico	40	15	16
Culinária rural	24	15	16
Planejamento e implantação de restaurantes rurais	24	15	16
Planejamento e implantação de pousadas rurais	24	15	16
Roteiros de trilhas ecológicas	24	15	16

Uma das dificuldades apontadas por Ana Mary é certa resistência, por parte do trabalhador, para aceitar o turismo rural como uma atividade capaz de gerar renda extra. Para o proprietário rural, há reservas quanto à idéia de

receber pessoas estranhas dentro de sua casa. Isso pode se dever ao descrédito das políticas públicas, que têm se restringido ao discurso, sem a implementação das ações correspondentes. No entanto, não se podem abandonar os aspectos culturais, quanto a considerar o turista como pessoa estranha, o que indica que os proprietários rurais não percebem o turismo rural como atividade econômica, a moradia como equipamento turístico e o turista, como agregador de valor.

Agente 6 – Sistema S - Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras - SESCOOP

A Organização das Cooperativas¹⁸ de Pernambuco - OCP é uma filiada ao SESCOOP - Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras, instituição privada, sem fins lucrativos. É composto por um representante do Ministério do Trabalho e Emprego; um representante do Ministério da Previdência e Assistência social; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; um representante do Ministério da Agricultura e do Abastecimento; quatro representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras e um representante dos trabalhadores em sociedades cooperativas.

Possui um Programa de Treinamento e Capacitação que contempla três níveis: nível estratégico – para dirigentes, nível técnico – para

¹⁸ Cooperativa é uma organização de, pelo menos vinte pessoas físicas unidas pela cooperação mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais com aspectos legais e doutrinários distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e usuários. (SESCOOP – www.ocb.org.br, acesso 26/10/2004)

executivos, assessores técnicos, coordenadores e instrutores e, um nível operacional – para cooperados e trabalhadores.

Seu principal objetivo é criar uma consciência do negócio cooperativo, para que possam se beneficiar das ações que visam à promoção social.

O cooperativismo é uma doutrina, um sistema ou simplesmente uma atitude que considera as Cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade. Baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os membros das cooperativas, acima de tudo, acatam os valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo semelhante (www.ocbms.org.br – acesso em 26/10/2004).

As linhas orientadoras do cooperativismo são: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Tanto o SEBRAE quanto o SENAR, separadamente ou em parcerias, apostam em ações empreendedoras de cooperativismo e associativismo, que objetivam potencializar os resultados de um negócio, trabalhando em conjunto, em benefício de metas comum. Pregam que este é o caminho para elevar consideravelmente a capacidade das empresas envolvidas para competir no mercado globalizado. Para reforçar o que foi dito anteriormente, seus programas visam auxiliar pessoas, organizações e comunidades na construção e gestão de projetos coletivos, reveladores de um

aposta institucional no fortalecimento das relações de cooperação, enquanto caminho para o sucesso pessoal, organizacional e comunitário.

A OCP está voltada para incentivar a propagação de uma postura associativista entre empresários do turismo rural.

Embora o SEBRAE, o SENAR e a OCP estejam ministrando cursos de capacitação para o trabalho com turismo, a clientela tem se constituído de pessoas fora do mercado de trabalho local e não envolvidas na atividade turística. Isto tem feito com que os empresários estejam treinando seus funcionários para o exercício de atividades voltadas para o atendimento ao turista, preenchendo assim a lacuna deixada pelos três agentes.

Agente 7 – Os trabalhadores do meio rural

Os trabalhadores do meio rural diferenciam-se dos trabalhadores do meio urbano em vários aspectos, embora ambos tenham em comum a motivação ao trabalho decorrente da necessidade relacionada à sobrevivência. Segundo a Teoria das Necessidades de Maslow (ROOS, 2001, p. 31), as semelhanças podem estar relacionadas à motivação para trabalhar com a finalidade de obter renda, perspectivas, estabilidade e segurança. No entanto, os valores e a satisfação no trabalho fazem surgir as diferenças. Com a turistificação dos espaços rurais, exige-se desse trabalhador que tenha pleno conhecimento de suas aptidões para as tarefas ligadas ao setor rural, uma pluriatividade, que o envolverá em atividades não-agrícolas as quais ele próprio desconhece suas reais capacidades. Nos engenhos focados nesta pesquisa,

os trabalhadores residentes no ambiente de trabalho, serão pressionados a conviver com estranhos, no caso os turistas, extrapolando suas atividades rotineiras cotidianas.

Melo (1975, p. 106) classifica o trabalhador assalariado dos estabelecimentos rurais canavieiros em duas categorias: o assalariado residente nas terras do engenho e o assalariado não residente no engenho.

No passado, o trabalhador residente, além do salário, lhe era permitido possuir uma pequena lavoura de subsistência para consumo local, quase não apresentando excedente comercializável.

Os sítios dos trabalhadores moradores eram pequenas porções de terra dos engenhos onde, com as suas famílias residiam e trabalhavam. Possuíam casa rústica, nem sempre rebocada e caiada, envolvida por fruteiras (bananeiras, jaqueiras, mangueiras, laranjeiras, goiabeiras). (...) Em torno, situavam-se as áreas que se cultivavam com lavouras alimentares (mandioca, milho feijão, inhame, batata-doce, e hortaliças). Animais domésticos também participavam da combinação agrícola (MELO, 1975, p. 109).

Hoje, nem isto lhe é permitido uma vez que o expansionismo canavieiro deu-se às custas desses espaços. As alterações ocorridas nas relações capitalistas de trabalho desfecharam o golpe final nessa modalidade de trabalhador rural. Conseqüentemente acentuam-se, cada vez mais, as desigualdades sociais, além de registrar-se uma diminuição na produção de artigos alimentícios de subsistência, intensificando os deslocamentos migratórios.

Já o trabalhador assalariado não residente, geralmente habita a periferia dos municípios apontados na pesquisa, ou ainda em vilas, distritos e

povoados dentro das áreas municipais. Não tendo acesso à terra para plantar sua subsistência, vive prestando serviço nos engenhos e usinas, complementando a renda com prestação de pequenos serviços no setor terciário. Esses trabalhadores migrantes sazonais, que moram nos municípios rurais e prestam serviços na área rural, recebem designações regionais, tais como *volantes* ou *avulsos*.

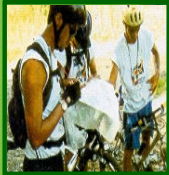
Nos anos iniciais da década de 1990, a desregulamentação do Complexo Canavieiro e a extinção do IAA afetaram enormemente a agroindústria canavieira nordestina, antes protegida por cotas e preços controlados do açúcar. O mesmo setor em São Paulo foi até beneficiado com a desregulamentação pois diante da concorrência de mercados externos, investiram esforços para a diminuição dos preços de custo assim como também passaram a aproveitar os subprodutos e derivados.

No Nordeste, a desregulamentação do setor, atingiu brutalmente os usineiros, beneficiários da interferência estatal, e inúmeras foram as usinas a fecharem suas portas, principalmente as menos competitivas. Com a diminuição das unidades produtivas, o desemprego da população trabalhadora vai engrossar os movimentos migratórios, em primeira instância, para as cidades mais próximas da mesma região. Para exemplificar o fechamento da Usina Barra, em Vicência, reduziu em 5.000 o número de empregos

Outra observação que se constata após análise do Quadro 2 (p. 37), contendo os dados do censo de 1991 e 2000, é que inúmeros municípios da Zona da Mata Norte, inclusive os municípios da área da pesquisa, vêm perdendo população, como é o caso de Aliança e Buenos Aires, municípios esses de menor dinamismo econômico.

Tendo como cenário essa situação socioespacial, a partir da década mencionada, as políticas de desenvolvimento local voltam-se sobre a necessidade de diversificação da cadeia produtiva, cuja base continua sendo o cultivo da cana-de-açúcar.

Os trabalhadores rurais, diante dessa reconfiguração espacial, quanto à localização, vêem-se cada vez mais distanciados das possibilidades de inclusão como agentes socioespaciais, e isto porque não participam ativamente do processo de decisão, visto que não são considerados pelas elites locais como sujeitos autônomos e capazes de decidir o que é melhor para si. Por isso submetem-se a toda sorte de pequenas e raras oportunidades ocupacionais, dentre elas as vagas abertas pela turistificação das áreas rurais.



3 TURISTIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL

A Constituição de 1988 estipulou a obrigatoriedade da elaboração, pelos municípios, de um Plano Diretor. A obrigatoriedade atinge os municípios, com mais de 20.000 habitantes, visando à sustentabilidade – em todas as suas interfaces¹⁹ do espaço, na perspectiva da cidadania. Ela prevê também a referida obrigatoriedade para os municípios, que, embora com menos de 20.000 habitantes, possuam expressivo potencial turístico, entre outras especificidades.

Dos cinco municípios pesquisados, apenas Buenos Aires e Tracunhaém não atingiram esse total de habitantes, no entanto, pela existência ali de um considerável potencial histórico e cultural representado sobretudo pela presença de engenhos e manifestações culturais, eles também têm a obrigatoriedade de produzir seu Plano Diretor.

Com efeito, o desenvolvimento de várias atividades dentre as quais salienta-se o Plano Diretor de um Município que estabelece diretrizes a fim de se incrementar a atividade turística, tanto na área urbana, quanto na área rural . Algumas dessas diretrizes apontam para o melhoramento das infra-estruturas de serviços ao atendimento de turistas; a preocupação com a preservação ambiental; o desenvolvimento de atividades culturais, de esportes e lazer; a divulgação das características turísticas da cidade e de seu entorno; a disponibilização de incentivos fiscais para instalação de equipamentos de hospitalidade; o incentivo à participação e ao patrocínio da iniciativa privada

¹⁹ A sustentabilidade deverá ter um caráter multidimensional. Contempla as interfaces ambiental, ecológica, social, demográfica e cultural.

através da realização de eventos culturais; a permissão do uso publicitário no mobiliário urbano, etc..

O Plano Diretor torna-se, portanto, ao ser implantado nos Municípios alvo de nossa pesquisa, um instrumento a mais a contribuir para o desenvolvimento socioespacial como consequência da turistificação desse espaço e, não, uma panacéia como muitos agentes sociais estão pensando.

Não se pode negligenciar que o espaço geográfico é produzido em formações socioespaciais que significam o resultado do jogo dialético e solidário de sistemas de objetos e ações, arranjados historicamente segundo critérios de intencionalidades internas e externas. No caso específico da Zona da Mata Norte Pernambucana, o espaço geográfico foi produzido a partir dos arranjos necessários ao desenvolvimento da lavoura canavieira, visando sobretudo a acumulação de capitais e isto sob forte exploração da mão-de-obra, primeiro escrava, depois simplesmente liberta e, finalmente, assalariada, sob as diversas formas de assalariamento, diretas ou indiretas.

Atualmente os mesmos objetos, que outrora funcionavam para produzir competitivamente o açúcar para o mercado exterior, estão sendo requalificados para atender a objetivos do turismo rural, mas visando, sobretudo, ao lucro.

Assim sendo, as formas das ações se modificam, mas a sua essência continua a mesma. Nos dois momentos, porém, o funcionamento da estrutura socioeconômica gerou, em seu seio, formas de cooperação interna, representadas pelas relações entre os membros e os lugares envolvidos, nas diferentes escalas da hierarquia social. Isso, conforme Santos (1997, p. 225) define, são *pontos que se agregam sem descontinuidade*.

Nos municípios da presente pesquisa, o locus das solidariedades internas, numa ordem próxima, é representado pelas relações estabelecidas entre os trabalhadores no cotidiano de sua jornada de trabalho, em seus poucos momentos de lazer, como, por exemplo, ao final da tarde quando param nos botecos para aquele *dedinho de prosa*, nas relações de *cumpadreio*, assim como nas apresentações culturais, como no caso das apresentações do maracatu rural ou ainda no contato com os poderes instituídos, com as instituições financeiras, políticas, sindicais, entre outras.

No entanto, essas solidariedades internas, orgânicas, horizontais estão, permanentemente, sofrendo perturbações geradas por forças desagregadoras, que impõem regulações segundo uma lógica exterior, que assegura o funcionamento da economia e da sociedade, atendendo a racionalidades de origem distante, mas que acabam por se tornarem fundamentais para sua existência. Estas forças são as chamadas solidariedades externas, organizacionais, verticais.

Essas relações próximas respondem, portanto, a um comando hegemônico, como se tratassem de marionetes, que lhes retira seu comando. As ações definidoras de novas realidades retiram do lugar e dos seus indivíduos a capacidade de gestão de suas próprias vidas.

A turistificação, sob esse contexto de relações, deve, pois, ser entendida como um conjunto de práticas e ações, as quais fluem em sintonia com os interesses de todos os agentes socioespaciais nas suas mais variadas escalas de abordagem., levando-se em conta a temporalidade dos objetos, bem como o modo de produção vigente. Conforme Santos (1997, p. 70), são as

ações que dão sentido aos objetos, *uma vez que os objetos não agem por si sós*.

O problema da turistificação das áreas rurais da Zona da Mata Norte pernambucana reside no fato das ações atenderem a uma tendência da política global, orientada apenas para os interesses de poucos. Para tanto, no caso específico, optou-se pelo discurso saudosista de recuperação dos antigos engenhos para fins de visitação turística, como uma das possibilidades de recuperação econômica de uma área em crise e, por extensão, dos seus habitantes como um todo, embora esta última não passe de uma fábula, fantasia. A propósito, a fábula se faz relevante na medida em que constrói uma ilusão de inclusão social, o que contribui notadamente para a redução e a amenização de iminentes tensões sociais.

Forças hegemônicas do mercado turístico internacional, numa tentativa de ampliação de sua área de atuação, integram outros lugares ao mercado do turismo mundial, contando para isso com os mais variados recursos técnico-científicos informacionais.

A expansão do turismo rural na Zona da Mata Norte Pernambucana não pode ser entendido como um evento isolado, único e fora do contexto espacial e temporal. Não passa de uma parte do todo, este representado pela fase atual de expansão máxima do sistema capitalista, chamada de globalização.

Acredita-se que o modelo de turistificação trazido para o Brasil, conforme os Projetos de Governabilidade do então candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, foi inadequado à sociedade brasileira, em particular à nordestina, uma vez que desconsiderava a efetiva justiça social,

terça parte do tripé da sustentabilidade: economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo.

Seguramente e infelizmente, só conseguir-se-á turistificar as localidades pesquisadas se nos detivermos numa justa distribuição de terras e rendas, o que está relativamente distante de se concretizar, embora isto tenha sido tema discutido amplamente pelos diversos segmentos da sociedade, entretanto sem a participação concreta, livre e democrática dos seus principais interessados, os trabalhadores rurais na sua totalidade.

Quando se trata da prática da turistificação, numa perspectiva de cidadania, são necessários envolvimento e comprometimento de todos os agentes sociais, e não apenas das elites. Sem estas ferramentas, não há como levar adiante o processo na busca do desenvolvimento socioespacial, mesmo que de início o projeto e aparentemente os programas pareçam exitosos.

A relação entre o discurso e a prática da turistificação, na perspectiva acima mencionada, deve merecer uma atenção maior também dos profissionais burocratas e dos técnicos envolvidos na roteirização turística dos espaços rurais da Zona da Mata Norte Pernambucana, mas sem autoritarismo e centralização.

Uma turistificação desejável apontaria para o extinto Plano Nacional de Municipalização do Turismo, que previa um planejamento participativo e uma gestão democrática, além do reconhecimento do atrativo turístico como um legado cultural de todos e não de apenas alguns privilegiados que sempre foram beneficiados pelo planejamento autoritário e fortemente centralizador dos governos conservadores.

Como o objetivo central deste trabalho é investigar se o processo já desencadeado de turistificação do espaço rural da Zona da Mata Norte pernambucana será capaz de realizar a promessa, não somente de melhoria das condições de vida das comunidades locais, mas concomitantemente a sua inclusão na perspectiva do desenvolvimento socioespacial, cabe aqui fazer algumas considerações esclarecedoras acerca do que se entende por desenvolvimento socioespacial.

Um dos conceitos que tem gerado inquietação entre os pesquisadores, nos seus mais variados campos de conhecimento, é justamente o de desenvolvimento. Como ponto de partida procurou-se sedimentar o entendimento buscando elementos em autores que, de forma crescente, vêm aprofundando o tema.

Pesquisadores, como Benevides (2002) e Castilho (1999), advertem para alguns equívocos que estão sendo cometidos ao se trilharem caminhos de passionalidade, porém ideologicamente inconsistentes. Muitos são os que ainda continuam confundindo o conceito de desenvolvimento com o de mero crescimento econômico.

Não se intencionou dar conta de preencher totalmente esta lacuna conceitual, mas é possível retomar, mapear e comentar algumas situações e pontos críticos que serviram ao desenvolvimento da presente pesquisa.

3.1 Crescimento econômico x desenvolvimento

O conceito de crescimento econômico é economicista, expresso como uma decorrência do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da modernização tecnológica, bem como do aparente aumento da renda *per capita*. Os reais efeitos sociais, como a distribuição de renda para satisfação das necessidades básicas, seriam uma consequência natural do processo econômico, portanto, segundo os seus corifeus, o crescimento econômico levaria automaticamente ao desenvolvimento social. De acordo com a lógica econômica, o desenvolvimento seria assim só uma questão de tempo.

Trata-se, pois, de uma ideologia cujo principal propósito é o de fazer valer as determinações inerentes às solidariedades externas, organizacionais, das quais já se escreveu na seção anterior deste capítulo. Assim sendo, enquanto as expectativas de inclusão socioespacial, pelo crescimento econômico, continuam bem articuladas, a sociedade silencia e permanece à espera de sua inclusão.

Por isso é que se deve ficar de olhos bem abertos no que concerne à difusão de promessas de desenvolvimento, na verdade de crescimento pelo viés economicista; na medida em que tais promessas só fazem silenciar as pessoas e, por conseguinte, manter a ordem vigente constituída de fortes desigualdades socioespaciais, ainda que aqui e ali se percebam algumas melhorias das condições objetivas de existência de pessoas de baixa renda.

Na área pesquisada, no período áureo do ciclo canavieiro, houve um forte crescimento econômico, porém o desenvolvimento social não se

concretizou ao longo de toda a história e isso não obstante várias promessas de crescimento pela retomada da produção canavieira (para a produção de açúcar ou álcool), pela diversificação de atividades rurais, e, hoje, pela expansão do turismo, pelo menos para aqueles que estavam na base do processo produtivo.

No Brasil, segundo Souza (2002, p. 18), o conceito de desenvolvimento como consequência imediata do crescimento econômico não passa, portanto, de uma simplificação de teorias econômicas vigentes no país na década de 1960, pois as políticas de distribuição de riquezas e de combate à pobreza não foram implementadas. Ainda segundo Souza (2002, p. 17-20)

Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social.

É verdade que o turismo, na área em pauta, tem promovido algumas transformações de ordem material e cultural, ampliando o acesso a objetos e idéias inovadoras, mas isso ainda é incipiente.

Desenvolvimento, portanto, não deve significar apenas o reproduzir o capital conforme modelos tradicionais de acumulação que não se incomodam com os custos sociais. É sim um processo capaz de gerar bem-estar social em seu sentido mais amplo, indo assim além da mera conquista do acesso a bens materiais.

Diante do exposto, tanto no período técnico, quanto no técnico-científico, como no atual período técnico-científico informacional, não se pode vislumbrar, na área da pesquisa, qualquer possibilidade de desenvolvimento, uma vez que a preocupação foi e é, tão somente, a reprodução do capital.

3.2 Turismo e desenvolvimento local x desenvolvimento socioespacial : uma outra querela na teoria do desenvolvimento

O caráter único dos lugares, no dizer de Milton Santos (1997), no sentido do acontecer da vida cotidiana, deve ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. Mediante esta perspectiva de abordagem, as pessoas tornam-se importantes elementos na produção de seus lugares, contrapondo-se aos mecanismos externos padronizadores de um mundo globalizado.

Tem-se assistido a uma densa discussão acadêmica sobre o que caracteriza o desenvolvimento socioespacial, numa tentativa de diferenciá-lo do econômico e do local. O primeiro conceito ainda não é totalmente familiar aos que se dedicam ao tema.

Por desenvolvimento local, a idéia mais aceita como contraponto à de desenvolvimento econômico, entende-se ser aquele gerado por iniciativa local, de gestão local, de impacto local, marcado pela valorização do patrimônio sociocultural, bem como pelo acesso de todos a bens e serviços fundamentais à vida.

Cavaco (2000) empregou a expressão desenvolvimento local para expressar o processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção do bem-estar coletivo, implementando atividades que, de alguma forma, dinamizem a economia em pequena escala, gerando além do crescimento, o desenvolvimento do lugar, mediante estratégias de baixo impacto sócio-ambiental.

Rodrigues (2000) tenta conceber uma proposta semelhante à da pesquisadora portuguesa Carminda Cavaco, empregando teoricamente a expressão *desenvolvimento com base local* especificamente para o caso do turismo, onde o planejamento e gestão do processo atenderiam às características e aos anseios dos locais receptores, preocupando-se com o equilíbrio sociocultural ambiental das localidades. Dessa forma, haveria uma sensível melhora na qualidade de vida da comunidade receptora dos fluxos turísticos.

Beni (2001, p. 80), citando Barberis (2001), oferece um conceito que se julgou apropriado ao que possa vir a se constituir um desejável desenvolvimento socioespacial nas condições atuais da Zona da Mata Norte pernambucana: um desenvolvimento autóctone, vinculado a um capitalismo popular de empreendedores nativos.

Entre todos que vêm abordando o tema, Marcelo José Lopes de Souza (2002), professor de geografia da UFRJ, talvez seja quem mais vem aprofundando a questão do desenvolvimento socioespacial, de modo criativo e pertinente, tendo como base de sustentação de seu conceito a idéia de autonomia, com base na qual cada grupo, conforme suas prioridades, pode

traçar seus planos particularizados, fundamentados nos desejos, necessidades e possibilidades de cada localidade.

Na bibliografia que vem surgindo a respeito da discussão, em cada uma delas não tem havido cruzamento de reflexões sobre o desenvolvimento local e o desenvolvimento socioespacial. Muitas associam, num mesmo âmbito, o desenvolvimento socioespacial à perspectiva do desenvolvimento local. Autores de grande responsabilidade utilizam a expressão local com a mesma conotação de socioespacial.

Entende-se, portanto, um processo individualizado como um processo comprometido com a qualidade e vida, a conservação patrimonial, sem romper com o ideal de agregar valores, elementos que devem ser associados numa participação efetiva, num ambiente de democracia e liberdade de todos os interessados, quanto às decisões a serem tomadas ao bem comum. Isso tudo, sempre como um processo inacabado e aberto ao novo, à criatividade e a tudo que possa mudar a vida das pessoas. Trata-se, então, de priorizar os processos qualitativos sem, é claro, negligenciar aqueles de ordem quantitativa.

Diante do exposto, fez-se necessário investigar em que medida a turistificação de áreas rurais da Zona da Mata Norte Pernambucana, a partir dos anos 1990, está promovendo a concretização do desenvolvimento socioespacial ou, pelo menos, se há alguma ação que aponte nessa direção.

Como referenciais para esta verificação interessou avaliar o volume de novos empregos gerados com a expansão da função turística, bem como a perenidade ou sazonalidade dos mesmos que acaba por interferir na

estabilidade socioespacial dos membros envolvidos, o que será abordado quando da análise dos dados colhidos na pesquisa de campo.

3.3 *Metodologia da coleta de dados*

O processo de construção da pesquisa de campo do presente trabalho teve início com um levantamento da bibliografia disponível, que tratasse da evolução socioeconômica e turística da área, adotando como marco de referência principalmente, a periodização de Milton Santos, a fim de se contextualizar a área da pesquisa, além da obra de Souza (2002), buscando o embasamento conceitual de desenvolvimento socioespacial.

Realizou-se, então, uma pesquisa exploratória prévia, que consistiu na visita a um número apreciável de engenhos, situados em toda a Zona da Mata pernambucana, embora nem todos manifestassem a intenção de implantar a atividade turística. Com base nas informações obtidas, elegeu-se o recorte espacial, escolhendo os anos a partir de 1990, como escala temporal da pesquisa, período em que começaram a surgir as primeiras iniciativas ligadas ao turismo rural na área.

Elegeu-se também o método epistemológico qualitativo e quantitativo para os dados obtidos a partir de questionário e entrevistas, de forma a valorizar todos os detalhes contidos nas declarações dos pesquisados.

A coleta de dados consistiu em duas etapas. Na primeira, foram realizadas diversas visitas técnicas para, por meio de entrevistas informais, obter informações complementares à pesquisa.

Realizaram-se encontros com os agentes socioespaciais, fomentadores da atividade e pesquisadores do tema e da área. Dentre estes, destacam-se os professores Manuel Corrêa de Andrade e Christine Rufino Dabat, ambos da UFPE, a fim de obter subsídios sobre a situação presente e pretérita da região.

Procedeu-se a visitas técnicas aos engenhos da área para levantar dados que os caracterizassem quanto aos atrativos turísticos ali existentes. Nessa e em outras ocasiões, criou-se um acervo de fotos dos engenhos. Percorreu-se a sede dos municípios, nos mais diferentes períodos do ano, para avaliar o fluxo da demanda turística, bem como o grau de inter-relação com o entorno rural.

Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, tendo sido contatados os seguintes órgãos públicos e privados: FIDEM/CONDEPE, EMPETUR, UFPE, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), SENAR, SEBRAE e APETURR.

Os demais agentes socioespaciais foram entrevistados seguindo-se um esquema de perguntas abertas (ANEXO 2), que sofreram adaptações de acordo com a função da instituição ou do agente de turismo, adequando-se o linguajar ao nível de compreensão do entrevistado.

Na segunda etapa, para a constatação da principal hipótese da presente pesquisa a respeito do desenvolvimento socioespacial, elaborou-se um questionário, enquanto ferramenta da pesquisa de campo, constituído de perguntas fechadas, de múltipla escolha, (ANEXO 3), aplicadas sem qualquer indução de respostas, àqueles que se considerou o público-alvo da intenção da pesquisa: os trabalhadores adultos, ativos, urbanos e rurais, inclusos e não

inclusos no turismo. A aplicação ocorreu na sede dos municípios e em seus locais de trabalho, ou seja, nas propriedades rurais

Na investigação das atividades desenvolvidas pelos entrevistados, adotou-se a Classificação Brasileira de Ocupações. O Ministério do Trabalho e Emprego divulgou, em 2002, a nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-2002), em substituição à anterior, que remonta a 1994, e que sofreu alterações pontuais sem modificações estruturais e metodológicas (www.mtecbo.gov.br, 2002). Essas alterações fizeram-se necessárias devido às mudanças ocorridas no país, sobretudo no âmbito das dimensões socioeconômica e cultural, face à revolução tecnológica marcante na nova ordem mundial.

A estrutura básica da CBO foi elaborada em 1977, através de convênio entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que tem como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO), de 1968. Isto veio sanar as dificuldades decorrentes da multiplicidade de classificações usadas no Brasil.

A CBO, na versão de 2002, tem por finalidade a classificação, por grupos de ocupações²⁰, de todas as atividades dos tipos específicos de trabalho. Possui uma estrutura hierárquica piramidal composta de 10 grandes grupos, 47 subgrupos principais, 192 subgrupos, 596 grupos de base ou famílias, onde se agrupam 2.422 ocupações e cerca de 7.258 títulos sinônimos.

²⁰ Ocupação – é o conjunto articulado de funções, tarefas e operações destinadas à obtenção de produtos ou serviços. É a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas em situação de emprego ou outro tipo de relação de trabalho (por exemplo, os autônomos). Na CBO-2002 é representada por código numérico num total de 4 (quatro) dígitos.

O Grande Grupo 1 é a categoria mais agregada e de grande amplitude. Seus membros são aqueles superiores do poder público, dirigentes de organização de interesse público e de empresa e gerentes. Este grupo não compreende os dirigentes das forças armadas, classificados no Grande Grupo 0. O Grande Grupo 2 engloba os profissionais das ciências e das artes. O Grande Grupo 3 refere-se aos técnicos de nível médio. O Grande Grupo 4 abrange os trabalhadores de serviços administrativos. O Grande Grupo 5 engloba as ocupações cujas tarefas principais requerem conhecimentos e a experiência, necessários para a prestação de serviços às pessoas, serviço de proteção e segurança ou venda de mercadorias em comércio e mercados. Tais atividades consistem em serviços relacionados a viagens, entre outros. O Grande Grupo 6 refere-se aos trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca. O Grande grupo 7 engloba trabalhadores da produção de bens e serviços industriais. O Grande Grupo 8 compreende trabalhadores da produção de bens e serviços industriais. O Grande Grupo 9 é o dos trabalhadores de reparação e manutenção.

Essa classificação, ao padronizar e descrever as atividades pertinentes às diversas ocupações existentes, visa oficialmente à integração das políticas públicas, no que diz respeito aos programas de qualificação profissional e de intermediação da mão-de-obra para as atividades econômicas em expansão.

Os Grandes Grupos 5 e 6 são, portanto, os de maior importância para o presente trabalho, por incluírem ocupações relacionadas às atividades de turismo que acontecem nos Municípios da Zona da Mata pernambucana selecionados para a pesquisa de campo.

Como não poderia deixar de acontecer, no decorrer da pesquisa ocorreram algumas dificuldades que tiveram que ser avaliadas no sentido de se buscarem alternativas a sua resolução, pelo menos de algumas delas.

Uma das primeiras dificuldades foi o acesso às propriedades, principalmente quando a visita ocorreu no período de fortes precipitações pluviométricas (julho e agosto), requerendo acesso por meio de estradas de chão batido.

Como o objetivo era de ver o turismo rural acontecendo, as visitas aos equipamentos turísticos ocorriam nos finais de semana. Ora, uma das características básicas do turismo rural é o atendimento diferenciado aos turistas pelos próprios proprietários. Estes, envolvidos com seus hóspedes, não encontravam tempo para responder a uma entrevista para um trabalho científico.

Nem sempre se contou com a boa vontade dos proprietários para responder às perguntas. Quase sempre era solicitado que se deixasse a *lista*, denominação com que se referiam ao protocolo de entrevista, para que pudessem responder às perguntas depois e enviadas posteriormente, o que quase nunca acontecia.

Esses fatos fizeram com que fossem necessárias várias visitas ao mesmo local, para que a coleta de informações fosse feita paulatinamente, respeitando as limitações do entrevistado.

Havia, como que uma censura prévia aos questionários a serem aplicados aos trabalhadores. Em determinado equipamento, a recepção por parte do proprietário foi cordial até o momento em que ele pediu para ler o

questionário. Após a leitura do roteiro de perguntas, fomos praticamente expulsos, sob a alegação de que uma das perguntas despertaria as idéias dos seus trabalhadores. A pergunta referida era sobre a forma de recebimento pelo trabalho em turismo.

O entrevistado declarou textualmente: *“Aqui em minha propriedade não se fala em hora-extra de trabalho”*, encerrando a entrevista. Posteriormente, percebeu-se que o fato espalhou-se por outras propriedades, o que dificultou bastante o trabalho.

Para contornar essa barreira cultural, buscou-se aplicar entrevista e questionário diretamente aos trabalhadores, nas ruas da sede do Município, portanto, fora do local de trabalho, sempre que o proprietário mostrou-se hostil a cooperar para com a pesquisa.

Outra dificuldade foi conseguir enquadrar no Código Brasileiro de Ocupações todas as atividades declaradas, como por exemplo, *“cortador de ração”*, *“cuidador de gado”*, *“ajudante de vaqueiro”* e *“trabalhador rural e músico”*. Muitas ocupações referem-se a regionalismos difíceis de serem interpretados. A solução foi lançar mão dos sinônimos, constantes da CBO, ou, ainda, à descrição da atividade, por meio da qual identificava-se a ocupação correspondente à atividade efetivamente desempenhada pelo entrevistado.

Foi necessário adequar as verbalizações feitas pelos trabalhadores rurais quanto aos ganhos obtidos e esperados com o turismo. Foram categorizadas em: ganho pessoal, referido como a possibilidade de demonstrar conhecimento da área para o turista ou o aprendizado de outras tarefas que não compunham a ocupação exercida para obtenção de renda extra-turismo; instrução consistindo na possibilidade de participação de cursos

de capacitação para o turismo e obtenção de renda oriunda de atividades desenvolvidas no turismo.

3.4 Discussão dos resultados

Investigando o grau de dependência dos trabalhadores rurais quanto à posse de meio de produção para obtenção de rendas, identificou-se que 89,8% exerciam sua principal atividade em propriedade alheia, resultado importante por demonstrar a ausência de autonomia quanto ao empreendimento e gestão de seu próprio negócio (Tabela 3), verbalizados como:

Ajudar na propriedade que trabalho para melhores resultados.
 Cuidá do jardim do engenho.
 Explicá o manejo.
 Explicá as técnica de plantio.
 Fazer artesanato nas horas vagas.
 Garçom nos final de semana.

Tabela 3 – Distribuição de dependência de outrem para obtenção de renda dos 49 entrevistados - Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004

DEPENDÊNCIA DE OUTREM PARA OBTENÇÃO DE RENDA	freqüência	percentual
Ausente - trabalho por conta própria	5	10,2
Dependente - trabalho em propriedade de outrem	44	89,8
TOTAL	49	100,0

Quanto à ocupação exercida para obtenção de renda, foram os serviços na agropecuária aqueles que se fizeram mais freqüentes, nos quais estavam envolvidos quase 50% dos entrevistados, como trabalhadores

diretamente ligados às lidas do campo. Esse dado reflete a característica de ruralidade dos Municípios pesquisados, mas também pode reforçar o aspecto histórico da dependência econômica, assim como a possível importância da inserção do turismo rural como nova atividade e opção econômica.

Os demais eram trabalhadores ocupados, em ordem decrescente de frequência, nos Grupos 5, 3, 7 e 4 da CBO. Ressalte-se que a maior frequência de indivíduos no Grupo 5, deve-se às ocupações de vendedores do comércio, embora estejam aí também englobadas àquelas diretamente ligadas ao turismo (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição das ocupações dos 49 entrevistados, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004

<i>GRUPO DE OCUPAÇÕES SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES</i>	<i>freqüência</i>	<i>percentual</i>
Técnicos de nível médio	5	10,2
Trabalhadores de serviços administrativos	1	2,0
Trabalhador dos serviços e vendedores do comércio	13	26,5
Trabalhadores agropecuários	23	46,9
Trabalhadores da produção de bens e serviços	4	8,2
Estudantes	3	6,1
TOTAL	49	100,0

No Gráfico 1, mediante o qual se comparou a principal ocupação para obtenção de renda ao cargo eventualmente ocupado na atividade turística, identificou-se que:

- 50% dos entrevistados exerciam na atividade de turismo uma ocupação de complexidade maior do que aquela com que obtinham renda na atividade usual. Assim:
 - um trabalhador de serviços (Grupo 5) passou a exercer atividade com artista, para entretenimento dos turistas (Grupo 2);

- um trabalhador agropecuário (Grupo 6) desempenhava função administrativa em turismo (Grupo 4);
 - os três estudantes que não participavam do mercado de trabalho, exerciam atividades em venda ou na produção de bens;
 - 12 trabalhadores agropecuários (Grupo 6) passaram a trabalhar na área de prestação de serviços de turismo (Grupo 5), consistindo em acompanhar turistas em passeio em animais de montaria, transporte em veículo de tração animal e supervisão de pescaria;
 - três produtores de bens (Grupo 7) trabalhavam na prestação de serviços de turismo (Grupo 5), semelhantes àqueles prestados pelos trabalhadores agropecuários, já que todos passaram para o Grupo 5;
 - um produtor de serviço (Grupo 7) exercia atividade agropecuária (Grupo 6) voltada para o turismo.
- 21,4% dos trabalhadores pesquisados mantiveram nas atividades realizadas em turismo, o mesmo nível de complexidade das atividades habituais;
- 28,6% passaram a exercer atividades de menor complexidade em turismo, do que aquelas com que obtinham habitualmente rendas, o que representou redução do nível de ocupação, segundo a CBO.

A inserção de 21 (50%) trabalhadores em níveis de ocupação da CBO hierarquicamente superiores, devido ao exercício de ocupações em turismo, pode representar um ganho em qualidade de vida, porém exigirá um nível de complexidade maior no desempenho das atividades do grupo.

Se isso trará um ganho pessoal pela aquisição de novos conhecimentos, derivados até do convívio com pessoas de outras culturas (turistas nacionais ou internacionais), exigirá também capacitação para assegurar a qualidade dos serviços e a continuidade do fluxo turístico.

A manutenção e a redução do nível de complexidade das ocupações exercidas no turismo, quando comparadas àquelas habitualmente exercidas pelos entrevistados, pode estar refletindo a falta de capacitação para o exercício de atividades voltadas ao atendimento de turistas. Conforme será abordado adiante, nesta seção, a maioria desses trabalhadores não participou de oficina do PROMATA nem tampouco de qualquer curso que os capacitasse para competir nesse novo mercado de trabalho.

Por outro lado, há que se considerar que a maioria daqueles trabalhadores que reduziram o nível de complexidade da ocupação exercida no turismo, declararam não acreditar no turismo enquanto atividade que lhes possa acarretar qualquer ganho, o que parece ser consequência do processo secular da falta do preparo do cidadão para o exercício pleno de sua capacidade criativa ou produtiva.

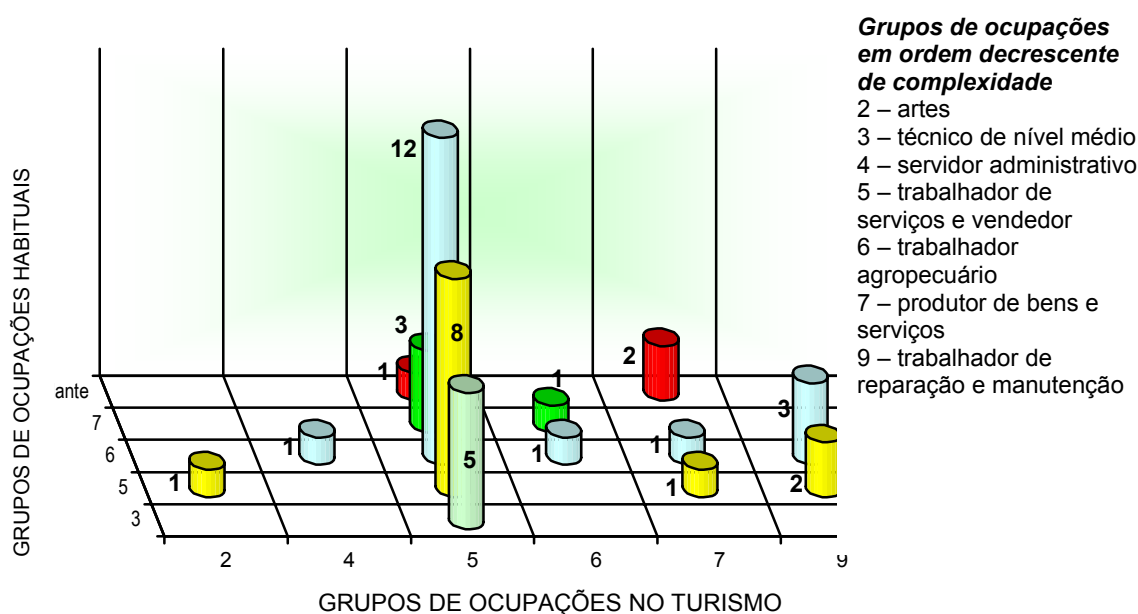


Gráfico 1 – Distribuição dos grupos de ocupações habituais segundo ocupações exercidas no turismo por 42 trabalhadores – Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004

FONTE: Dados da Autora

Na investigação sobre os ganhos já obtidos com o turismo, à época da pesquisa, equiparou-se a percepção de ganho pessoal, representada pelo conhecimento de outras culturas, contatos pessoais, valorização do saber popular por meio do relato da história local aos turistas, resgate da cidadania pela possibilidade de demonstrar esse saber popular e serviços, à obtenção de renda isoladamente ou associada à instrução. Verificou-se que cerca de 1/3 dos entrevistados declarou estar auferindo renda, seja sob a forma de complemento, melhoria salarial com um novo emprego, etc.. Aproximadamente um terço dos entrevistados respondeu não ter obtido qualquer tipo de ganho (TABELA 5).

A obtenção de renda foi verbalizada como:

“Estou ganhando o meu próprio dinheiro.”
 “Tive melhoria na renda familiar.”
 “Tenho com a venda de produtos para os turistas.”
 “O turismo abriu porta para novo emprego. Tive melhoria salarial.”
 “Melhorei minha vida em renda e conhecimento.”
 “Tive melhoria financeira.”

Outros ganhos, considerados no presente trabalho como ganhos pessoais, foram expostos verbalmente como:

“Conhecimento de mais pessoas.”
 “Novas amizades.”
 “Adquiri novos conhecimentos.”
 “O trabalho ficou mais leve.”
 “Conheci pessoas de vários lugares.”
 “Consegui amizade e melhora profissional.”

Um único trabalhador afirmou ter auferido ganho instrucional, expresso como::

“Obtive conhecimentos teóricos e práticos em cursos de capacitação.”

Tabela 5 – Distribuição dos ganhos com o turismo, obtidos e esperados - Municípios do Território-Piloto do POMATA – Outubro/Dezembro 2004

GANHO OBTIDO ATUALMENTE COM O TURISMO	EXPECTATIVA DE GANHO FUTURO COM O TURISMO						TOTAL	
	inserção social		renda		não acredita			
	n	%	n	%	n	%	n	%
ganho pessoal	1	16,7	14	42,4	-	-	15	30,6
instrução	-	-	1	3,0	-	-	1	2,0
renda	5	83,3	10	30,3	-	-	15	30,6
renda + instrução	-	-	2	6,1	-	-	2	4,1
nenhum	-	-	6	18,2	10	100,0	16	32,7
TOTAL	6	100,0	33	100,0	10	100,0	49	100,0

Com tantos agentes capacitadores na área, SEBRAE, SENAR, SESCOOP, entre outros, buscou-se identificar quem está recebendo capacitação e qual o tipo. Dentre todos os entrevistados, 61,2% informou não ter feito curso ou optou por omitir essa resposta. Verificou-se que os mais beneficiados foram os trabalhadores dos Grupos 2, 4 e 7, os menos beneficiados os do Grupo 9, sendo que especificamente dos que ocupavam o Grupo 5, 58,6% não fizeram qualquer tipo de curso. Os cursos foram oferecidos, porém aqueles que mais precisavam, os que estão inclusos no Grupo 5 não estão sendo atingidos pelas ações de qualificação para o trabalho.

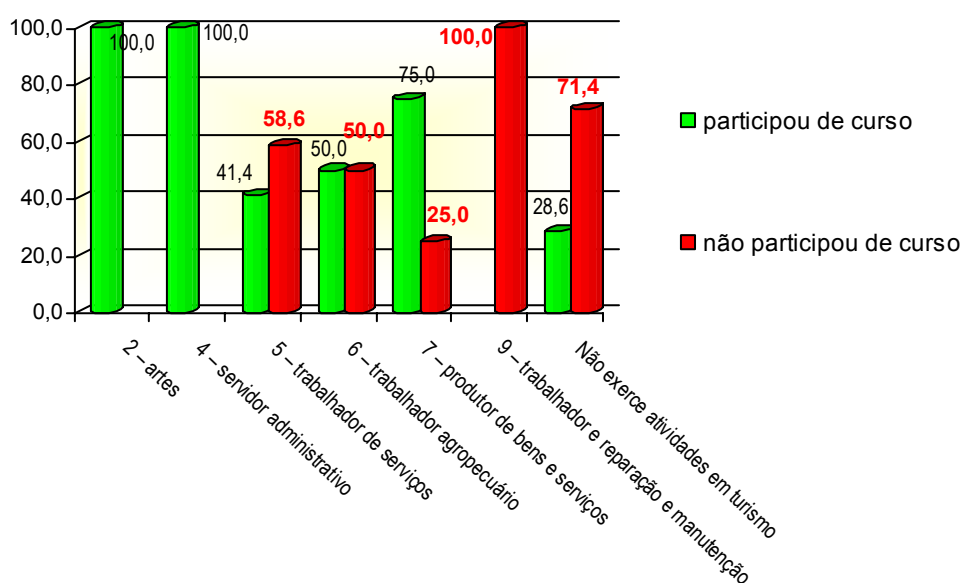


Gráfico 2 – Distribuição dos grupos de ocupações exercidas no turismo segundo participação em cursos - Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004

FONTE: Dados da Autora

Os 38,8%, que informaram ter feito curso, detalharam como temas assistidos: atendimento ao turista, contabilidade básica, culinária, fabricação de licores, de queijo ou de cachaça, garconeria, inseminação

artificial, vigilância e pedreiro, oferecidos pelo Clube da Mulher do Campo, Secretaria de Turismo de Nazaré da Mata, Engenho Indaiá, SENAR e SEBRAE, que foi o órgão mais citado (12,2%).

Como o principal gestor público na área da pesquisa é o PROMATA, cuja filosofia é a sustentabilidade social, buscou-se, na pesquisa de campo, confirmar quantos dos entrevistados integraram alguma oficina participativa da instituição. Constatou-se que 89,8% não tiveram qualquer participação nas oficinas, nas quais planejou-se a atividade turística na área (GRÁFICO 3).

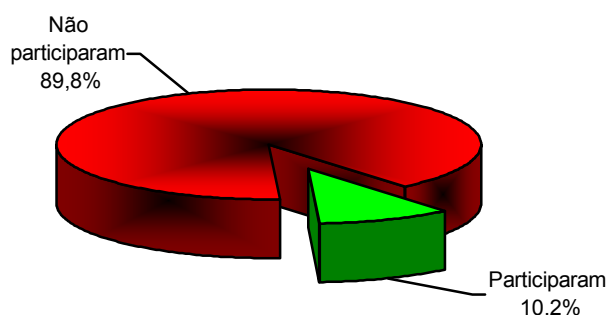


Gráfico 3 –Participação em oficinas do PROMATA - Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004

FONTE: Dados da Autora

Quando consultados sobre a periodicidade do emprego em atividade turística, os resultados apontam que 50% têm envolvimento o ano inteiro, ao passo que quanto aos demais, a inclusão é eventual nos finais de semana, nos períodos de férias ou eventualmente, ou seja, a qualquer momento que a demanda exija. Esse alto percentual dos eventuais chamados para exercer qualquer atividade para o turismo caracteriza a sazonalidade dos

postos ocupacionais gerados, incluindo uma situação de não sustentabilidade dos empregos gerados.

Isso também pode ser comprovado ao se comparar a forma de remuneração: dos 50% que se declaram inclusos no turismo. Praticamente todos recebem um salário mínimo. Os eventuais recebem ganhos sob a forma de gratificação e hora-extra. Os assalariados, em geral, recebem salário mínimo pelo desempenho de sua atividade principal, ficando o trabalho extra com o turismo, compensado com gratificações ou gorjeta, como afirmou um dos entrevistados (GRÁFICO 4):

“Só alguns turistas dão alguma gorjetinha – em torno de dois reais.”

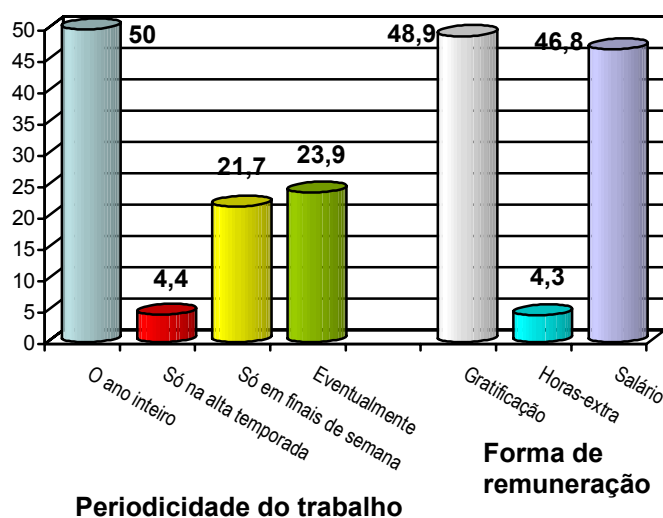


Gráfico 4 – Distribuição das características de periodicidade e forma de remuneração do trabalho com turismo - Municípios do Território-Piloto do PROMATA – Outubro/Dezembro 2004

NOTA: ¹ – Quatro entrevistados omitiram a periodicidade de trabalho com turismo

² – Dois entrevistados não informaram a forma de remuneração do trabalho com turismo

FONTE: Dados da Autora

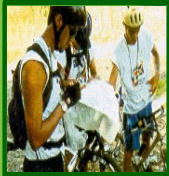
Diante do exposto, a inserção do turismo na Zona da Mata Norte pernambucana, por um lado há a diversificação de investimento na área

garantindo as possibilidades de lucro para os proprietários dos engenhos e, por outro lado, apenas o acesso de alguns trabalhadores às atividades ligadas ao turismo rural, por meio do qual, também estes, garantem certa complementação de renda, mas nunca sob a forma de lucros. Os postos de trabalho, aos quais eles têm acesso, oferecem-lhes sobretudo empregos precários e flexíveis, sazonais.

Ademais, os trabalhadores, não obstante o conjunto de intenções referentes à promoção da participação social e outras do gênero, efetivamente não participam ativamente do processo de turistificação e não decidem nada. Continuam reféns do discurso das elites dirigentes compostas pelos grupos dos empresários e do Estado, que atendem sobretudo aos interesses econômicos.

Se não existe, portanto, uma participação ativa, de modo democrático e livre visando ao bem comum, também dos trabalhadores, quanto ao processo de decisões para criar algo novo e diferente, não se concretiza nem o desenvolvimento local, quanto mais o desenvolvimento socioespacial.

Não poderia ser diferente, visto que para que este último se concretize, é preciso que a sociedade como um todo se mobilize naquele sentido; visto que o Estado só atende aos interesses de quem está organizado e constantemente mobilizado, fazendo-lhe as pressões necessárias.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações por que vem passando o espaço mundial têm tornado cada vez mais complexa sua leitura e entendimento. Isso nos levou a refletir sobre essa nova organização do espaço a partir de alguns lugares na escala local, onde centrou-se a pesquisa, lugares que vêm respondendo, já há muito, e não somente agora, às demandas provenientes da escala planetária, ao mesmo tempo, esbarrando em especificidades locais, que continuam a entrevar a mudança socioespacial.

Os resultados práticos dessas transformações vêm afetando profundamente a relação entre os diferentes agentes socioespaciais, assim

Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo regulações verticais novas regulações horizontais pré-existentes, tanto mais forte é a tensão entre a globalização e a localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único (SANTOS, 1998, p. 56).

Espelhamo-nos em modelos desenvolvidos nos países de capitalismo avançado e muitas vezes tomados como referência para argumentação e defesa de projetos implantados na realidade brasileira e que, na maior parte das vezes, encontram-se dissociados de parte dos atores.

Tem-se assistido a um acelerado processo de reestruturação econômico-produtiva que tem apresentado repercussões positivas e negativas em todos os segmentos sociais urbanos com reflexos na área rural. No Brasil são inúmeros os pesquisadores dos mais diversos ramos científicos, os quais

vêm investigando essa nova espacialidade dos fenômenos que vêm afetando o meio rural, sem contudo, desvinculá-lo da realidade macroeconômica.

Atualmente

precisamos prestar mais atenção à combinação de processos locais e não-locais que juntos causam impactos nas áreas rurais e explicar como diferentes combinações locais e não-locais configuram-se em diferentes espaços rurais (BONANO et al., 1999).

O discurso de agregar renda às atividades tradicionais, através de atividades diversas, mesmo não-agrícolas (caso do turismo rural) por si só já traça novas feições sócio-locais.

À medida que processos como a mercadorização e turistificação do campo e da cultura contida nele vão se impondo como uma força de mudança, o turismo rural, na área da pesquisa, é acompanhado de um discurso pontuado pela expectativa de crescimento econômico e geração de empregos. Quanto a isso não resta dúvida de seu potencial, porém ainda não se delinearam indicadores que levem a um desenvolvimento socioespacial efetivo.

Para as questões e desafios que se colocam, há que se encontrar soluções que permitam um desenvolvimento equilibrado do espaço rural, onde a turistificação possa representar mais uma, e não a única forma de inclusão social. Isso seguindo ao pressupostos filosóficos e éticos do que é um desenvolvimento socioespacial.

Como o objetivo primeiro da presente pesquisa foi o de avaliar se a turistificação que vem ocorrendo nas áreas rurais da Zona da Mata Norte Pernambucana, a partir dos anos 90 do Século XX, acompanhada de promessas para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, com possibilidade de incluí-los socioespacialmente, através da análise dos depoimentos e respostas às questões formuladas, conclui-se que o turismo rural como opção de uma nova ruralidade na Zona da Mata Norte pernambucana vem sendo praticada de forma equivocada ao que é uma perspectiva de desenvolvimento socioespacial. Isso, uma vez que tem sido tarefa quase exclusiva da agricultura empresarial, dado seu favorecimento explícito nas políticas públicas para o setor.

Os trabalhadores rurais não têm qualquer iniciativa e se vêem inclusos de forma compulsória, nesse novo processo de turistificação, continuando pobres. Conforme Santos (2001:59)

Ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo.

A construção de um futuro melhor que é a meta que norteia a todos nós, no caso específico da Zona da Mata Norte de Pernambuco estará garantida quando da implementação de um turismo, em que o principal atrativo possa ser o homem, na sua complexidade, seus valores, sua cultura, ao invés de apenas objetos, mesmo que historicamente reconhecidos e valorizados.

Após a pesquisa realizada para o desenvolvimento desse trabalho chegou-se também à consideração de que um verdadeiro desenvolvimento socioespacial poderá começar a materializar-se com a viabilização da Política Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Agricultura Familiar e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial em parceria com o Ministério do Turismo e do Ministério do Meio Ambiente. Essa política visa a

Promover o desenvolvimento rural sustentável, através da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, agregando renda e gerando postos de trabalho no meio rural, e com a melhoria das condições de vida (MDA-SAF,-2004).

Seu público-alvo serão agricultores familiares²¹, na condição de proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da reforma agrária, enquadrados no Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) e que, segundo o Manual de Crédito Rural vigente, já contam com linhas de créditos através do Plano Safra 2004-2005. O Plano Nacional de Turismo Rural em Áreas de Agricultura Familiar foi lançado recentemente, a 19/09/2004, no 1º Seminário Nacional de Turismo Rural, ocorrido em São Paulo durante a 1ª Feira Nacional de Turismo Rural (FEIRATUR).

Na Zona da Mata Norte Pernambucana, um grande número desses agricultores familiares encontra-se assentado no entorno das grandes propriedade ou engenhos, no seu sentido mais amplo, podendo vir a serem

²¹ Entende-se por agricultores familiares, produtores familiares tradicionais e assentados por programas de reforma agrária, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, povos da floresta, seringueiros e suas organizações.

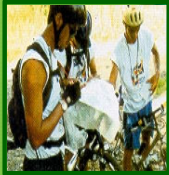
integrados a esses como fornecedores de produtos hortigranjeiros e outros. Atualmente o que se constata na presente pesquisa é que o abastecimento desses produtos pelos engenhos que vêm explorando o turismo rural, vem ocorrendo através de aquisições no CEASA de Recife, ou através de compras diretas nas grandes cadeias de supermercados, também da cidade do Recife.

Essa proposta poderá evitar que, num futuro, com a expansão do turismo rural na Zona da Mata Norte Pernambucana, a tradicional monocultura canavieira venha a ser substituída pela monocultura do turismo. Teríamos, então, condições de finalmente assistir, pelo menos ao início do desenvolvimento de um turismo inclusivo, além de promover o fortalecimento da pequena agricultura familiar. Esta não é uma proposta inédita; já vem sendo colocada em prática por agricultores familiares do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sabemos que a realidade fundiária dos estados da Região Sul é totalmente diferente daquela que encontramos na região Nordeste. Mas, tudo será uma questão de adequação, planejamento e esperança de que o trabalhador rural possa, finalmente, decidir por si e para si.

Enquanto a maioria da população local, vale reiterar, não puder participar democrática e livremente da gestão dos recursos socioespaciais de seus municípios, dificilmente o turismo e outras atividades dele decorrentes, corresponderão às suas reais expectativas e interesses. Dificilmente alcançarão um desenvolvimento socioespacial.

Apesar de todo um movimento que pretende preparar o trabalhador rural também para atender às necessidades do turismo rural, como já vimos acima, o segmento ainda não ganhou o status de disciplina nas instituições de ensino superior e técnico. Na UFPE e nas 28 novas faculdades

de turismo, em funcionamento na Região Metropolitana do Recife, devidamente autorizadas pelo MEC, bem como nas Escolas Técnicas Estadual e Federal, o turismo rural constitui-se apenas em um item da cadeira de Meio Ambiente ou de Ecoturismo, esse com uma ênfase maior. Em alguns estados da região Sul, de tradição agrícola, e onde o turismo rural encontra-se num estágio mais estruturado, algumas escolas estão incluindo o turismo rural como tema transversal no conjunto de disciplinas formadoras do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série. No VIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local, realizado em 2004, em Curitiba, presenciou-se a apresentação de trabalho elaborado por alunos de uma Faculdade de Turismo Rural, sediada na cidade de Campos do Mourão, no RGS, experiência essa que se concluiu não ser inédita no referido evento.



5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 150p.

ALVARES, D. F. **Metodologías participativas para la formación del capital social y desarrollo del ecoturismo**. Disponível em: www.turismoresponsable.org/debates. Acesso em: 21/03/2005.

ANDRADE, M. C. (org) **Atlas escolar de Pernambuco**. 1. ed. João Pessoa: Grafset, 2003. 160p.

ANDRADE, M. C.; ANDRADE, S. M. C. **A cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana. Reestruturação produtiva da área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: impacto ambiental, sócio-econômico e político**. Recife: UFPE, 2001. 99p.

BARBERIS, N. How does privatization work? Evidence from the Russian shops. In: BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. SENAC São Paulo, 2001. 516p.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BONACCINI, L. A. **A nova empresa rural**. Cuiabá: SEBRAE, 2003. v. II, 2003. 125p.

BONANO, A.; MARSDEN, T.; SILVA, J. G. Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: **Globalização, trabalho e meio ambiente: mudanças**. 1999. p. 341-366.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações. CBO. Versão 2002**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em 20/03/2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. MDA-SAF. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. 2004. 22p.

CAMPANHOLA, S.; SILVA, G. O lazer e o novo rural. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XL, 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Sober, 2002. 14p.

CASES, G.; POTIER, F. **Lê tourisme urbain**. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1996.

CASTILHO, C. J. M. **Tourisme et mobilité socio-géographique des pauvre à Recife/Brésil**. Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 2002.

CASTILHO, C. J. M. Turismo: Uma prática sócio-espacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise no espaço geográfico. **Rev Geog Recife**, v. 15, n. 1/2, p. 21-50, 1999.

CAVACO, C. **Turismo rural e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CONDÉ, J. **A cana-de-açúcar na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Textos coligados. Coleção Canaveira do IAA. n. 7, 1972. 291p.

CRUZ, R. C. A. O nordeste que o turismo (ta) não vê. In: RODRIGUES, A. B. (org). **Turismo: modernidade e globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 218p.

DABAT, C. R.; GUIMARÃES NETO, L. Modernização e exclusão: a situação social na Zona da Mata de Pernambuco. **Rev Geog Recife**, v. 14, n. 1/2, p. 91-137, 1998.

EMBRATUR/ABRATURR. **Manual Operacional do Turismo Rural**. Brasília, 1994. 13p.

FERRÃO, A. M. A. O potencial turístico da arquitetura rural no Brasil. IV Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2003, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 2003. p. 45-56

FREITAS, D. Brasil uma Nação Inconclusa. Caderno Especial: racismo cordial. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 25/6/1995. p.11.

FROEHLICH, J. M. Rural e natureza. **A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.

HARVEY, D. **Condição pós-Moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 349p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. 2001.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Todos pregam união pelo turismo**. Artigos. Caderno de economia. 26/02/2005. p. 6.

LINS, R. C.; ANDRADE, G. O. Diferentes combinações do meio natural na Zona da Mata Nordestina. In: **Separata dos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo. 1964. 80p.

MARQUES, M. L. A.; BARROS, R. P. (coord). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Fundação João Pinheiro, Instituto de pesquisa econômica aplicada, PNUD. Versão 1.00 Software 2003. Brasília: PNUD, 2003.

MELO, M. J. G. **A inserção do ecoturismo no Brejo de Serra Negra /Bezerros/ PE: uma proposta concreta de desenvolvimento socioespacial?**. 2005. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, Recife.

MELO, M. L. **O açúcar e o homem; problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro**. Recife: IJNPS, 1975. 304p.

OLIVEIRA, C. G. S.; MOURA, J. C. (ed). O turismo como vetor do desenvolvimento sustentável. In: IV Congresso Brasileiro de Turismo Rural, 2003, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 2003.

PERNAMBUCO. Empresa Pernambucana de Turismo. **Inventário do potencial turístico de Pernambuco**. 2002. CD-ROM.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco. Programa de apoio ao desenvolvimento sustentável da Zona da Mata de Pernambuco. PROMATA. **Folheto promocional**. 2002.

RODRIGUES, A. B. (org). **Turismo: modernidade e globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 218p.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2000. 136p.

ROOS, G. F. **Psicologia do turismo**. São Paulo: Contexto, 2001. 174 p.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**. 7ª ed. São Paulo: Papyrus, 2001. 200p.

SÁ, M. A. As cores do maracatu – Nazaré da Mata em Pernambuco, preservação e incentivo a tradição. **Rev Prob Bras**, v. 358, p. 25-27, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308p.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 1. ed. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 176p.

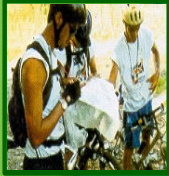
SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 190p.

SILVA, J. G. **Local sustainable development, globalization and agricultural restructuring in underdeveloped countries**. Instituto de Economia – UNICAMP, v. 19, n. 1, p. 33-39, 2002.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUESM A. B. **Turismo, modernidade e globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002, 0. 18-22.

TRIGO, L. G. G. **A Sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Coleção Turismo. Campinas: Papirus, 1998. 174 p.

TULIK, O. **Turismo rural**. Coleção ABC do turismo. São Paulo: Aleph, 2003. 95p.



6 ANEXOS

ANEXO 1

ENTREVISTAS DOS AGENTES SOCIAIS – PROPIETÁRIOS DE ENGENHOS

1. O que a Instituição já fez em prol do turismo rural na Zona da Mata Norte de PE?
2. Quais as principais dificuldades?
3. O que tem sido feito para superá-las?
4. Qual a participação dos gestores?
5. Quem participa de fato?
6. Como os trabalhadores têm sido estimulados a participar?
7. Como está sendo encaminhado o processo de capacitação?

ANEXO 2

O PAPEL DOS TRABALHADORES RURAIS

ENTREVISTA

- 1) Qual a sua profissão?
- 2) O que você tem feito para o turismo?
- 3) Em que o turismo já vem mudando sua vida?
- 4) Quais as perspectivas em relação ao turismo (pode melhorar sua vida? como?)
- 5) O trabalho é por conta própria ou em alguma propriedade alheia?
Qual?
- 6) Foi oferecido algum curso? Qual? Por quem?
- 7) Participou de alguma oficina do PROMATA?

ANEXO 3**O PAPEL DOS TRABALHADORES RURAIS****QUESTIONÁRIO**

1) Para o turismo você trabalha:

O ano inteiro ☐ sim ☐ não

Só nas férias ☐ sim ☐ não

Só nos finais de semana ☐ sim ☐ não

De vez em quando ☐ sim ☐ não

2) Quanto a remuneração você:

Salário ☐ sim ☐ não

Como horas extras ☐ sim ☐ não

Uma gratificação quando tem trabalho ☐ sim ☐ não

Outra forma